



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: MILTON LEITE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA (PL- 467/14)
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 30 DE OUTUBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Nelo Rodolfo) - Bom dia a todos. Na qualidade de membro suplente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 20ª audiência pública, no ano de 2014: 4ª audiência pública temática do PL 467/14, Orçamento 2015.

Contamos com a presença dos Srs. Vereadores, especialmente Sr. Paulo Fiorilo.

Tema da audiência: “Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Fundo de Desenvolvimento Urbano, SP Obras e SP Urbanismo.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível, ao público em geral, no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, , no link Audiências Públicas – Registro Escrito.

Foram convidados para participar desta audiência os Srs. Fernando de Mello Franco, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Presidente da SP Urbanismo; Sr. Roberto Garibe, Secretário Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras, Presidente da SP Obras.

Informo que as inscrições para pronunciamento devem ser feitas junto à Secretaria da Comissão.

Suspenderei a sessão por alguns minutos para deliberação da Comissão.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a audiência pública da Secretaria de Infraestrutura Urbana, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Fundo e Desenvolvimento Urbano, SP Obras e Urbanismo.

Registro as presença dos Srs. Vereadores Aurélio Nomura; Milton Leite, na presidência; Ricardo Nunes, Relator da peça orçamentária; Paulo Fiorilo, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, e Dalton Silvano, que representa, neste momento, o Vereador Abou Anni.

Esclareço a todos os presentes que aqueles que desejarem se manifestar ou fazer perguntas aos Srs. Secretários deverão se inscrever.

Indago quem dos Srs. Secretários fará a primeira exposição da audiência pública. Ambos estão inscritos.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Bom dia a todos os presentes.

A SMDU – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano pode iniciar.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, a primeira pasta a falar será o Sr. Secretário Fernando de Mello Franco, de SMDU.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Queria convocar o Sr. Felipe para fazer a apresentação.

O SR. FELIPE – Bom dia a todos.

Preparamos uma apresentação-síntese da peça - não sei se a Mesa toda já recebeu.

É uma apresentação bem curta, que divide a peça orçamentária da Secretaria em, basicamente, quatro partes: custeio da máquina administrativa; investimentos, que são propriamente os projetos da Secretaria; Fundo de Desenvolvimento Urbano e Operações Urbanas.

- Orador passa a se referir às imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. FELIPE – Então, podemos ver na tela a primeira parte, que é o custeio da máquina. O Orçamento de 2015 tem uma previsão de R\$43.155.000,00 de despesas de custeio. Há à disposição, também, um comparativo da execução deste ano, que foi fechada nessa mesma semana. Então, já temos, hoje, executado 81,10% do orçamento previsto para a máquina.

O próximo *slide* trata dos investimentos que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano deve fazer em 2015. Chamamos a atenção para a dotação específica do SIG, que é o Sistema de Informação Geográfica do Município de São Paulo, que tem uma previsão orçamentária de R\$2.265.000,00.

A próxima dotação é a que cuida do Desenvolvimento, Estudos, Projetos e Instrumentos de Política Urbana, dentre eles: os planos regionais de Subprefeitura, planos de bairro, revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, tem uma previsão de R\$4.700.000,00.

Como consta na peça orçamentária, o aumento de capital da São Paulo Urbanismo é uma dotação de mil reais, que precisa constar, caso seja necessário durante o exercício, mas não há previsão de utilização dessa dotação – por isso o valor simbólico.

Por fim, a dotação de Difusão, Fomento, Pesquisa e Aplicação para a Gestão Participativa e Desenvolvimento Urbano, que cuida de convênios, concursos e etc.

O próximo *slide* é do Fundo de Desenvolvimento Urbano. O Fundo tem um

conselho gestor que aprovou o seu orçamento, de 2015, em um valor total de 509 milhões, dividido entre a Secretaria de Coordenação de Subprefeituras e Secretaria Municipal de Habitação – Sehab, Siurb, Secretaria Municipal de Cultura, SMDU e Secretaria Municipal de Transportes, nos valores que constam no telão. Cada qual com os seus projetos específicos, são órgãos orçamentários autônomos que podem executar os seus projetos, mas que apresentam e são aprovados dentro do conselho gestor do Fundo.

Por fim, a última tabela-síntese são das operações urbanas que passam de 2014 para 2015, a constar exclusivamente dentro do orçamento da SMDU, o que explica o aumento significativo dos valores que constam na peça orçamentária de SMDU. Na verdade, se trata de uma transferência desses valores que estavam difusos na peça orçamentária da Prefeitura e, agora, se apresentam concentrados em SMDU em um total de R\$827.567.280,00.

No último slide, mostramos uma tabela-síntese para indicar a execução deste ano para SMDU. O total de execução de SMDU, considerando as operações urbanas até este momento, é de 90,72%, e acreditamos que, dado o tempo restante do exercício, podemos chegar tranquilamente nos 100% de execução da peça orçamentária de 2014. O valor total que consta, com as operações urbanas, para a peça orçamentária de 2015, é de R\$281.089.400,00.

Acho que é isso. Devolvo a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Concluída a apresentação, passaremos às perguntas.

Agradeço a presença dos Srs. Secretários.

Secretário Fernando, antes de entrar na peça orçamentária, restou aqui um passivo do Plano Diretor – um passivo que tem gerado uma instabilidade enorme nesta Casa. O nobre Vereador Nabil, em nome do Governo e em diversas reuniões com o Webber,... tratamos de diversos pontos do Plano Direto. Os Srs. Vereadores, então, vieram aqui e entenderam o seguinte: essa emenda aqui pode. O Governo anuiu a emenda, sob a palavra do Nabil e do Webber. Mas, segundo o Vereador Nabil confirmou, em reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que as emendas apresentadas foram anuídas pelo Governo. O Governo, então, nesse momento seria o Webber e o senhor.

Essas emendas foram vetadas pelo Governo, dizendo que estavam em desacordo. Os Vereadores sentiram-se, nesse momento, com a confiança um pouco abalada do Governo, para não usarmos termos mais fortes.

Se o Parlamentar compõe com o Governo, vê o texto, para que ele faz isso? Para que seja sancionado e vire lei àquilo que foi devidamente negociado. O Governo, então, em vez de sancionar, vetou.

O que resta aos Parlamentares desta Casa é indagar às partes o que houve. Então, o que há, Sr. Secretário, é o seguinte: esse passivo está criando uma instabilidade enorme, nesta Casa, de confiabilidade na relação com o Governo, inclusive para a aprovação de outros projetos. Temos feito um esforço enorme para entender o que efetivamente houve. Se o Governo vem aqui, conversa conosco e diz: “Isso aqui está em ordem. Vamos sancionar. Pode colocar”. Se não fosse assim, provavelmente o Plano Diretor, sequer, seria aprovado, porque diversas emendas dos Srs. Parlamentares... Não estou discutindo o teor de cada emenda, porque isso geraria um debate interminável. O que a Câmara cobra, neste momento, onde é que houve a quebra de confiança, lado a lado, que não permitisse confirmar aquilo que foi apresentado e foi votado no Plano Diretor inicial.

Os Srs. Parlamentares, quando colocaram as emendas às propostas de lei, colocaram acreditando que seriam aprovadas. Estava anuído no texto e vocês, em um gesto unilateral, não discutiram antes do veto. De forma unilateral, houve o veto de uma série de artigos do Plano Diretor Estratégico.

Insisto, não vamos aqui discutir pontos que não seria possível, porque o momento oportuno seria antes, do veto, negociarmos, porque o que esta Casa clama - e aqui não tenho procuração, mas posso garantir que falo em nome da grande maioria desta Casa, se os Srs. Vereadores soubessem que suas emendas não seriam contempladas, provavelmente teriam votado. Agora vocês vêm aqui e vetam sem discutir com os Parlamentares, assim como foi uma discussão exaustiva com o Relator do Plano Diretor. Ajustou-se o texto do Governo e o Governo chega lá e veta sem a mesma negociação!

O que houve com a pasta do senhor, que vetou esses projetos nesse interstício, entre a votação e esse período? E por que não foi negociado o veto com cada Vereador, com cada Parlamentar, ponto a ponto? Até do próprio Nabil, o texto foi vetado.

Então, ficamos meio que boquiabertos dessa relação com o Governo, que tem problemas, hoje, nesta Casa, de condução em sua própria base, da confiabilidade: não sabemos se faremos uma lei aqui e se o Governo vai sancioná-la ou não. Como houve esse problema com a pasta do Sr. Secretário, e é o Plano Diretor Estratégico,...

Por que digo isso, que é uma oportunidade pública para negociarmos esse texto?

Porque vem, agora, a Lei de Uso. O senhor imagina a dificuldade que teremos em votar a Lei de Uso com esse nível de confiabilidade, em que o Parlamentar negocia uma emenda, diz que vai sancionar e, depois, não sanciona, veta!

Não sei se o senhor entendeu a dinâmica que temos. O processo não está concluso. Ele estará concluso na sanção da Lei de Uso, que é o complemento para fecharmos o Plano Diretor Estratégico da Cidade, para que a cidade tenha um bom projeto. O Plano Diretor é um bom projeto para a Cidade, tanto que votamos. O que estamos clamando é a confiabilidade nesses pontos mencionados.

Queria ouvir isso do senhor.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Concordo totalmente que a Cidade só vai para frente, só vai conseguir, de fato, construir um projeto coletivo, se houver um nível de confiança entre os Poderes que são responsáveis pela condução de todos os processos políticos e administrativos desta cidade.

Nesse sentido, acho que a questão levantada é muito importante para analisarmos, entendermos e sanarmos, se houver qualquer tipo de desentendimento, porque o processo de relação entre Legislativo e Executivo perdurará ainda por dois anos e há coisas muito importantes, como a própria Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que o Vereador cita.

O que entendemos é que a orientação deste Governo, de fato, é a orientação em que política se faz com o cumprimento dos acordos construídos. Em nenhum momento há uma orientação que vise outro tipo de estratégia política para atingir os fins, quais sejam. Então, de fato, esse desentendimento também nos traz alguma surpresa, conforme está sendo relatado.

Infelizmente, talvez, precisássemos, então, entender caso a caso, porque a orientação, quando analisamos as emendas, foi, em um primeiro momento, uma orientação muito técnica. Havia em todo o processo, que foi bastante compacto, bastante intenso, algumas incorreções. Ora havia algumas incorreções em algumas emendas, ora uma emenda e outra traziam certos conflitos. E houve uma lapidação para que deixássemos todo o conjunto de emendas, na sua relação com o Plano Diretor, consistente.

Do ponto de vista do mérito e daquilo que havia sido pactuado durante todo o processo de discussão do Plano, entendemos que os acordos foram cumpridos, até porque a orientação, evidentemente, era o cumprimento dessa regra que, talvez, seja uma regra básica na política de confiabilidade e de fidelidade aos processos de construção dos pactos sociais e

políticos que são super complexos, sobretudo no que diz respeito a uma questão tão abrangente para a Cidade, como é o próprio Plano Diretor.

Então, talvez, haja alguma divergência em relação a emendas específicas que precisaríamos, inclusive, sabê-las quais são para sabermos, de fato, qual é o entendimento e qual é o problema que vocês estão detectando. Mas, de nossa parte, continuamos firmes, representando a opinião, a orientação geral, desse fortalecimento das instâncias de diálogo e de cumprimento dos pactos firmados aqui nesta Casa.

P – Secretário, a conta não fechou, e é isso que queremos identificar, até para que possamos sanar para a Lei de Uso. Se os acordos foram feitos, ouvido o Governo, o Relator do Orçamento, claramente, na minha frente não deixou passar uma única emenda em que ele não consultasse o Governo. Uma vez que estava na peça, em nosso entendimento, só constou na peça aquilo que foi acordado, até para que não houvesse constrangimento no acordo de votação que levamos ao Plenário. Os Srs. Vereadores foram votar porque tinham certeza de que aquilo que estava...

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, permita-me uma colaboração em seu raciocínio?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Pois não.

O SR. RICARDO NUNES - Só para enfatizar que o que votamos foi um substitutivo do Relator. Houve somente a votação de um em separado, que foi do Laércio Benko, que derrubamos. Quer dizer, tudo que foi acordado na Casa foi incluído no relatório do Relator. Então, demonstra que realmente houve consenso na negociação.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Ou seja, a Casa votou. Ela contribuiu com emendas, que foram acordadas com o Governo e com cada Parlamentar, e elas foram vetadas! Não dá para discutir aqui uma a uma, Secretário. É a atitude. Por que se negociou com os Srs. Parlamentares e não se cumpriu? E o mais grave, que eu entendo, se o senhor dissesse para mim: “Vereador Nomura, o senhor tem aqui uma lei, um artigo que adiciona emenda”. O Nabil sabia e sabe de quem são as emendas. Todas elas foram publicadas no *Diário Oficial*, com precedência. Então, as emendas são de conhecimento do Governo. Se tivesse problema com a emenda do Vereador Nomura, do Milton, do Zé Américo, do próprio Vereador Relator, chama-se o Parlamentar e falasse: “O senhor tem um problema aqui que, melhor vendo, melhor lendo, há um conflito jurídico, há um conflito de uma emenda”, ao debate não teria problema algum o diálogo. Isso não teria problema, Sr. Secretário. Olha, antes de vetar: “Tem

aqui um problema, vamos ver o que pode ser feito”. O problema é que simplesmente recebemos veto pelo Diário Oficial e a Casa, neste momento, está dizendo o seguinte: se o relatório aprovado, acordado do Relator, que é da Base do Governo, e este negociou com cada Parlamentar um texto, ele negociou cada linha, o Vereador, então, votou na confiança. Eu votei na confiança. Acreditei na palavra do Webber, que esteve na minha sala, do Nabil que incluiu um texto.

Enfim, isso não contribuirá para a aprovação da Lei de Uso. Agora, teremos que votar a Operação Urbana Faria Lima, com quórum qualificado. Todos querem contribuir com um texto em que faremos melhoria na Cidade. Com que nível de segurança vamos trabalhar se negociamos um texto e os senhores vetam esse texto?

Quero que fique registrado que a forma conduzida trouxe preocupações a esses Parlamentares; que, hoje, grande parte da insatisfação da Base se deve ao não cumprimento daquilo que foi avençado, devidamente avençado e, com propriedade, colocado pelo Vereador Ricardo Nunes, que: o texto, ora votado, é do Relator. Não foi uma emenda que os Vereadores se rebelaram e votaram em separado, impondo ao Governo uma derrota ou coisa que o valha. Não foi isso. Tudo foi feito às claras. As emendas foram publicadas. Tudo foi de conhecimento público, isso para que a sociedade tomasse conhecimento, tanto que estava no substitutivo a redação do Relator, e isso foi votado e não foi...

Então, Secretário, neste ponto, estou cobrando publicamente, porque não tenho outro mecanismo para manter uma relação e reconstruir. Na parte do Governo, é exatamente isso que lhes tange: vamos votar a Faria Lima; vamos fazer a emenda; vamos fazer um acordo, provavelmente, com o Webber, que é um técnico fantástico, gostamos dele aqui. Mas a pergunta é: quando negociarmos, quem do Governo vai falar para anuir aquilo que vamos votar? Aquilo que votaremos daqui para frente? Vem o senhor? Vem o Prefeito?

O senhor deseja se manifestar? Se não, superarei essa etapa, preferindo ir para a peça orçamentária em si. O senhor tem a palavra para contrapor qualquer manifestação minha.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Só para deixar claro a nossa posição: entendemos que aqueles acordos que foram feitos, foram cumpridos e não descumpridos. Mas, entretanto, se há essa preocupação, manifesta por vocês, desse desconforto com o processo, essa preocupação automaticamente também nos preocupa, porque queremos ter uma relação de diálogo franca e produtiva e, portanto, entendo que devemos, a partir de então, tomarmos uma atenção redobrada nesse diálogo específico aqui, com a Câmara, e vamos para

as próximas leis, ou o que quer que seja, quaisquer outras questões, disserem sentido às políticas urbanas de responsabilidade da SMDU, ainda que o Plano Diretor seja algo que não compete, exclusivamente, a SMDU, mas a totalidade das políticas urbanas do Município, vamos redobrar atenção para que possamos ter essa relação de confiança necessária para que a construção do processo de transformação e qualificação de São Paulo, como todo, possa se fazer a contento e vocês tem meu compromisso desse dialogo, até porque desde o inicio da gestão, nós estamos, e, eu, particularmente, também, não só abertos como participando de inúmeras audiências e convocações realizadas por várias instâncias, entre elas, essa Casa aqui que nos convoca hoje.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, para finalizar, contribuiria muito, para cada artigo, os senhores vetarem no Plano Diretor, chamasse o Vereador, esclarecesse, e averiguar a possibilidade de que pode ser construído, na Lei de Uso, que possa minimizar ou quem sabe consertar isso, em um texto, que possa efetivamente, amenizar, atenuar os danos causados. Mesmo que essa discussão não foi feita, ela poderia ser feita, nesse tempo que temos, até que a Lei de Uso chegue aqui nessa Casa, que pudesse ser discutido ponto a ponto, isso contribuiria. Olha: isso aqui foi feito por isso, podemos rever... O Parlamentar hoje está meio ressabiado.

O SR. _____ - Estou aqui, mais uma vez confirmando nosso compromisso de fazermos esse dialogo, entretanto, deixando claro, que nós, nos vetos que fizemos, não fizemos nenhum dano à cidade, pelo contrario, quando houveram os vetos, eles se deram por argumentos muito lógicos e alguns, inclusive de questões formais, infelizmente, dessas emendas, sempre tendo como principio fazer o beneficio da cidade, não provocar danos a cidade. Isso nunca foi o nosso intuito, nem será o nosso intuito, mas está aqui compreendido o desejo de vocês, acredito que para a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, podemos resgatar o dialogo desses pontos específicos que porventura foram, assim, considerados por vocês prejudicados nesse processo de aprovação e sanção do PDL.

O SR. DALTON SILVANO – Estou aqui sempre aprendendo e ouvindo com muita atenção. O senhor deve saber do esforço que essa Casa fez para poder debater e aprovar o

Plano Diretor, que na média, 80% acabou atendendo os interesses dos diversos grupos heterogêneos da cidade. Esse debate, para mim, já tenho experiência nessa Casa, está muito claro, que determinado momento chegou a um impasse e para sair do impasse se fez uma promessa de sanção e essa promessa depois não foi cumprida. No meu entendimento essa questão do veto, estava premeditada. Não é possível acordar... Porque depois, aqui no plenário temos de ficar ouvindo as pessoas dizerem que o Prefeito não cumpriu com a palavra. Estou ajudando no debate. Não estou fazendo nenhum carinho. Estou sendo bem sincero com aquilo que eu vivi. E para aprovar o Plano Diretor, se liberou as emendas, ou errou antes, ou errou depois. Ou se premeditou antes, ou depois então já se sabia que ia vetar. Porque se é para corrigir, até perguntaria, vamos derrubar os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, essa possibilidade de derrubar vetos, essa Casa examina...Quero fazer dois reparos. O Secretário disse que as emendas foram vetadas para evitar danos à cidade. Se uma emenda de um vereador causar dano à Cidade de São Paulo, caberia um diálogo: olha, está causando dano à cidade. As emendas foram vetadas para evitar danos à Cidade de São Paulo. Não são danos à cidade que o vereador quer. Ele quer contribuir. Ele pode ter errado. Somos todos seres humanos. Se eventualmente cometeram um erro técnico, formal, ou de natureza diversa, quaisquer que possa causar um dano, qualquer ser humano é pacífico de errar. Se isso pode, o Executivo, para isso, há instância do veto. O que se clamou foi: acordou, se revisou antes, se propôs antes e não se cumpriu no plenário. Esse é o problema que temos.

Continua com a palavra, nobre Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Quero acreditar e acredito mesmo, que não foi feito, então uma liberação, simplesmente, para aprovar e depois, já previamente, sabemos que ia vetar. Não acredito nisso. Acredito que então, o que se percebeu é que depois de acordado o texto se percebeu eventualmente que aquele texto ou eventualmente uma vírgula, poderia causar o dano para à cidade. É isso que não está esclarecido. Depois, quando todo mundo já

estava satisfeito contente, vai arrumar aqui, ali, quando esse viu os vetos, aí, é claro que a Casa fica num tumulto só. Essa questão precisaria ser esclarecida, até para se evitar e falar: fomos enganados. Acredito fielmente que o Governo agiu de boa fé. Liberou as emendas de boa fé e nós aprovamos, cada qual com suas emendas. Eu, particularmente, negocieei uma do ponto de vista do partido Verde. Aprovou. Portanto entendo que partindo desse pressuposto, foi feito tudo de boa fé. Nobre Vereador, concordo com V.Exa. se não houver um esclarecimento exatamente que convença os Vereadores daquilo que foi acordado, não foi cumprido, certamente teremos problemas para dar o encaminhamento nos demais projetos de importância para à cidade que é o Plano Regional, plano de Bairro, e principalmente, a Lei de Uso e Ocupação do Solo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nobre Vereador, entendi que V.Exa. reforça a nossa tese. Esclareço o Secretário que essa Casa discute alguns vetos. Não vou mencionar agora. Até alguns vetos feitos pelo Governo, concordo com alguns. É um caráter pessoal. Quando foi para a Peça, como era acordo, mesmo sendo um desacordo com aquele ponto, o Governo havia feito uma análise, e alguns deles, eu não colocaria, se fosse o relator. Como havia anuência do governo, entendi que ele era razoável na Peça como um todo. Eu disse, não vou pegar a emenda do Vereador “A” ou “B” pedir destaque e apresentar uma emenda supressiva, discordando do governo que estava com macro, imaginando uma peça para Cidade com um todo, talvez, tivesse uma visão melhor. Vários vereadores tiveram o mesmo ponto de vista, meu, naquele momento, qual seja? Estamos aqui respeitando a visão macro do Governo. Só não fomos surpreendidos, como disse, pelos vetos que não foram negociados, também. Esse é outro clamor. Não foi negociado. Esclareça o parlamentar. É isso. agora não está afastado de maneira alguma, que essa Casa, venha derrubar um ou mais vetos. Há uma corrente fortíssima para que vetos sejam derrubados, contrapondo as opiniões. Passa a ser a opinião dos senhores. Vocês anuíram e mudaram. Cabe o dialogo com o governo, mas há possibilidades fortíssimas que essa Casa pretende derrubar, sim, vetos e não são poucos.

Vamos a Peça Orçamentária.

O senhor traz aqui na Peça Orçamentária 881 milhões de reais. Desse valor, vemos aqui diversos recursos da fonte 08. Aqui o senhor entende que a fonte 08, sendo essa em SMDUs, entendo que as fontes 08, que compõe sua Peça Orçamentária são recursos de operação urbana. Correto?

O SR. _____ - São esses que estão totalizados.

O SR. _____ - Sr. Presidente, não só a fonte 08, são das operações urbanas, como também no Fundo de Desenvolvimento Urbano.

P – Quais os pontos que compõe a 08 e a Operação Urbana? Qual é o fundo?

R- O Fundo de Desenvolvimento Urbano, como consta na planilha anterior...Além das operações urbanas...

P- Pediria que esclarecesse: o que é fundo, e o que é Operação Urbana, mesmo sendo 08. Aí temos um problema técnico.

O SR. FELIPE GRARAFOLO – Esclarecendo: a classificação fonte 08, são os fundos vinculados. Compreendem tanto o fundo de desenvolvimento urbano, quanto os fundos das operações urbanas que consta na Peça Orçamentária. Se eu entendi bem a dúvida do presidente...

P – Dos 881, o que é fundo e o que é operação urbana?

R – Dos 881 milhões e 89 mil, 827 milhões 567 mil 280, são operações urbanas.

P – Ou seja, cerca de 54 bilhões do fundo.

R – 54 milhões é o orçamento da SMDU, que é fonte 00, além do Fundo de Desenvolvimento Urbano.

P – 827 são operações urbanas, é isso?

R – Exato.

O SR. _____ - O Fundo é 509 milhões.

P – 509 milhões que está dentro dos 881?

O SR. _____ - Não! Perdão, presidente. Vou tentar esclarecer de uma forma melhor. O Fundo do Desenvolvimento Urbano compreende várias secretarias. Os 509 milhões que aparece como orçamento total do Fundo de Desenvolvimento Urbano, têm suas subdivisões entre as pastas que executam o fundo. Já, as operações urbanas estão concentradas no orçamento de SMDU, por isso essa diferença. De operações urbanas que se colocam dentro do orçamento da SMDU são 827 milhões de reais.

P – Esses são Operações Urbanas?

R – São somente Operações Urbanas, exatamente. Perfeito!

P – A pergunta minha. Na Peça 881, 827 é Operação Urbana?

R – Sim.

P – Considerando que na fonte 08, aqui temos algumas Operações Urbanas compostas, em particular a operação urbana que chama atenção dessa Casa, Operação Urbana Água Branca, aparentemente, deve compor maior parte dessas operações aqui.

Agora, tenho uma questão da eficiência administrativa da Secretaria de V.Exa. no cumprimento da Peça. O senhor está dizendo que irá gastar todo esse dinheiro ano que vem. Requalificação dos centros: 225 milhões; ponte Raimundo Pereira Guimarães, 143 milhões; Urbanização, 125 milhões. Secretário na Peça Orçamentária do ano de 2013, coloquei 10 milhões de Operação Água Branca, para o senhor contratar projetos. Como vou licitar essas obras se nem o projeto da obra eu licitei, os senhores licitaram. Minha preocupação é o seguinte: para que o senhor possa licitar uma efetiva obra que compõe a operação urbana, essa Câmara Municipal de São Paulo votou - se não me engano final de 2013, Água Branca - Estamos no final de 2014, no orçamento coloquei – o senhor recebeu a Peça Orçamentária - para que o senhor contratasse o projeto, ofereci 10 milhões de reais para a contratação de projetos e 10 milhões da fonte 00, ou seja, do Tesouro Municipal, ofereceram 20 milhões para o senhor contratasse projetos dessas mesmas obras aqui. Indago: a licitação dos projetos, não da obra, o senhor vai licitar projetos, sem ter obra, citar obra sem ter contratado projetos, nem

básico, nem Executivo. O senhor menciona que em 2015, projetos: a ponte Raimundo, urbanização de favela. Eu não conheço os projetos, e essa Casa não conhece, da execução orçamentária, não foi gasto recursos para execução desses projetos, os quais faço menção.

Secretário, a pergunta é a seguinte: os projetos, não estou falando da obra, a obra já constava de outro, está atrasado, entendo que aqui temos um problema na execução orçamentária e na velocidade em que o governo opera, não pode dizer que não tinha dinheiro para projeto, que tem operação e está integrada com os recursos que tinham da interligadas que tornaram operação urbana Água Branca. O que houve, que não publicado nenhuma licitação de projetos para o Água Branca e como anda a liberação dos CEPAC para o Água Branca?

O SR. SECRETÁRIO - Com relação a liberação do CEPAC tivemos todo o plano de obras aprovado pelo Conselho Gestor Operação Urbana, alguns dias atrás e estamos encaminhando agora, a partir dessa aprovação do Conselho Gestor, o prospecto para CVM, e nós trabalhamos com a estimativa de que o primeiro lote de CEPAC poderá ser emitido ainda nesse ano, provavelmente, mês que vem, começo de dezembro e esse lote é que nos dará condição de enfrentarmos as obras previstas pelos novos recursos da nova Operação Urbana, uma vez que os recursos existentes estão gravados, apenas para as obras previstas pela operação urbana original.

Entre as obras licitadas para esse segundo conjunto de ações a serem feitas algumas, por exemplo, não demandam projetos, como por exemplo a conclusão as obras do equipamento voltadas as escolas de samba, uma vez que a obra já está em condição. Outros, dizem respeito a projetos de infraestrutura cujos projetos, alguns, a própria ponte Raimundo, estão sendo desenvolvidos pela Prefeitura. A verba dessas emendas, focadas na contratação desse projeto, infelizmente estão congeladas em função de todo contingente orçamentário que a Prefeitura está sofrendo em função das questões que todos tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, eu aportei recurso da fonte 08,

abrindo rubrica especifica para projetos. Não é fonte 00 para projetos. Os projetos podiam ser contratados com recursos da própria operação. Nós autorizamos por lei isso. O problema que temos de fato são recursos da fonte 00. Havia 20 milhões, a rubrica ela consta, se o senhor pegar a pasta, 20 milhões. Dez milhões da fonte do Tesouro, que entendo que tendo dificuldade podem ser remanejados esses recursos e utilizados para outros fins. Mas os 10 milhões iniciais poderiam contratar os projetos.

O SR. SECRETÁRIO - Mais uma vez obras previstas na Operação Urbana Original, várias delas estão em execução, o próprio Secretário Garib pode, esse projeto de drenagem todos, sendo executados lá. As novas obras, talvez seja aí uma inversão de processos, nós, inicialmente, validamos com o Conselho Gestor, validamos com a sociedade que obras são essas para que então possamos contratar projetos para obras acordadas pelo processo de participação e validação público previsto no próprio...

— P – Secretário, suas obras são autorizadas por lei. São previstas em lei. Um elenco de obras previstas na lei.

R – As obras antigas?

P – Sim. Elencamos um rol de obras possíveis. Estavam definidas já. A ponte especificamente.

R – Peço que o Antonio Carlos me corrija, caso eu faço algum comentário indeciso.

P – Até pediria, se houver necessidade, se o senhor não responder, e pedir que eles o faça, até prefiro, para que haja, uma colocação precisa. Com mais clareza. Eles podem fazer uso da palavra. A Casa quer saber o que está havendo para o orçamento. Com a palavra o Secretário Garib. A Casa quer saber o que está havendo com o orçamento.

O SR. GARIB – Nobre Vereador, não tenho aqui listados todos os projetos que temos contratados em andamento, mas o que o Secretário Fernando coloca é que tem um conjunto de obras que estamos autorizados a fazer, seja por esse processo, acho que vai colocar de autorização do conselho gestor, ou não, ou se autorização da lei é suficiente. Nós

estamos com todos os projetos em andamento.

P – As obras do projeto que constam lá do projeto têm de estar, obviamente, autorizado em lei. Os senhores não podem fazer mais daquilo que está autorizado em lei, senão, primeiro o cumpra-se a lei, aquilo que a Câmara autoriza em lei. Aquilo que o senhor vai licitar e o Governo só pode licitar, aquilo que está, primeiro, autorizado em lei. Senão vão incorrer – esclareço isso – no crime do colarinho branco. O que vem a ser isso? Explico para o senhor. Não é brincadeira. É extremamente grave.

R – Não estou rindo. Não é brincadeira. Não foi isso que eu disse...

P – Quando o senhor vai ao mercado financeiro, e coloca um CEPAC, porque as pessoas compram CEPAC? O senhor elencou, junto as VRM, uma série de obras que estão autorizadas por lei. Então o cidadão, a construtora vai e compra com base naquele trabalho. Teria essa melhoria. Fui autorizada por lei. A Lei diz o seguinte: olha eu vou construir meu prédio aqui, porque a lei está dizendo aqui que vou construir essa avenida, essa ponte, Raimundo Pereira... Ele vai comprar o CEPAC, por que? Ele vai investir naquele terreno e o CEPAC entra aí tem uma validade. Na medida em que eu faço obras e não cumpro a lei, problema é o seguinte: eu fui burlado, não posso fazer isso. Se aplica para qualquer operação urbana, primeiro, eu devo cumprir a lei, sob penas de responsabilidade, a qualquer ser ajuizado ações e responder sob crime de responsabilidade. Não posso emitir o CEPAC e não cumprir e foi preconizado na lei e autorizado por essa Casa. O elenco é: aquilo que a sociedade tomou conhecimento. Como é que ela toma conhecimento? Pela votada. Ela compra CEPAC, e o senhor vai à CVM e autoriza a emissão de CEPAC e ele compra. Com base em que? Com base na lei. Qualquer coisa diferente disso, o senhor está fazendo, mesmo que o conselho gestor autorize, que não está autorizado, por lei não tem validade legal, precisaria de lei complementar dessa Casa. Daí a menção, há necessidade de se primeiro cumprir o que é elencado por lei, que essa Casa autorizou, para que os senhores emitam CEPAC e se vendam. Não estou dizendo que não se possa ouvir o Conselho Gestor, que diz o seguinte: olha temos

outras aqui. Essa Casa pode editar. O que ocorreu na Operação Urbana Água Espriada, Faria Lima, que estamos para votar, vamos alterar. Legal isso. Mas por lei.

O SR. GARIB – Acredito que fui impreciso aqui na minha fala, que deu ensejo a essa explicação de V.Exa.

Sou um operador da Operação Urbana. Tenho uma hierarquia, tenho um rol de obras que estou autorizado a fazer, que estou submetido, aos contornos da lei e do conselho gestor, só que precisaríamos ser um pouco mais específico em relação a esse cronograma e ao que estou autorizado, porque no meu planejamento, todos os projetos estão em ordem. Estou aguardando outras decisões para contratar projetos de obras.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, as obras elencadas são “n” na Lei. O Secretário conhece a Lei, porque propôs a lei aqui onde nós acompanhamos. Fizemos modificações e acompanhamos a lei. Há uma parte habitacional, Urbanizações de “n” favelas. 150 mil metros de favelas, 88 dentro do perímetro, cento e pouco mil metros de intervenções urbanas fora, além do perímetro da Operação Urbana, dentro do perímetro expandido da Operação Urbana. Dentro desse elenco autorizado por lei, urbanização de favela, já existe os projetos? É isso que essa Casa quer saber. O senhor está falando que vai gastar dinheiro, e a sociedade cobra isso. Do projeto das habitações, 22% - na lei especificamente – desses 22, que já estavam definidos, existe um projeto, é isso Secretário dos elencos que foram contratados, para licitar, não sei se especificamente, sobre operador...

O SR. GARIB – Da produção, habitacional, não!

P – E os demais?

O SR. ANTONIO CARLOS MARAL FILHO – Sou Diretor de Gestão e Finanças da São Paulo Urbanismo. Apenas para esclarecer alguns pontos, e respondendo. A Lei da Operação Urbana aprovada em novembro de 2013, estabeleceu que cabe ao conselho gestor estabelecer as prioridades. A lei estabeleceu quais são as obras que serão realizadas, mas não estabeleceu quais serão as primeiras obras a serem realizadas. Isso ficou para o Conselho

Gestor decidir. Tanto que o Conselho Gestor decidiu foi, quais são as prioridades. A CVM, para venda na CVM, lógico que só podemos captar dinheiro no mercado para fazer aquelas previstas em lei, a CVM exige que você fale para a qual exatamente você está captando para naquele momento. Não estamos colocando agora, pedimos na CVM para vender todo o CEPACs. A autorização vale para no máximo dois anos. Então fazemos várias distribuições. Por exemplo, Água Espreada fizemos cinco e na Faria Lima, fizemos três distribuições. Estamos pedindo uma específica, agora, no caso da Faria Lima, vamos pedir mais uma depois da aprovação da lei e no caso da Água Branca estamos pedindo a primeira distribuição de CEPAC da Água Branca. Onde estamos pedindo para vender 30% do CEPAC, que é um bi 200, mais ou menos, então com seu gestor, aprovou, desse 1bilhão 200 como é que iremos gastar? 22% para habitação, a ponte Raimundo, a questão do equipamento cultural, uma parte do recurso para a Praça do Samba, a questão de construção de habitações, urbanização de favelas. Precisamos captar isso. Então estamos agora na CVM, fizemos o protocolo lá atrás. Fizemos algumas adaptações na questão das prioridades no Conselho Gestor, recentemente, temos de reprotocolar na CVM, que eles fazem exigências, é normal, vamos estar protocolando e em dezembro devemos vender o primeiro trecho.

P- Apenas um esclarecimento, do global dos projetos elencados em lei, em níveis percentuais, o que o senhor tem contratado?

R – Então, para fazer essa diferenciação. Como ficou previsto na Lei, temos hoje por volta de 500 milhões da operação urbana Água Branca. Só que ficou estabelecido na lei, aqui da operação, inclusive o Ministério Público, também entrou com ação civil pública proibindo que a gente use o dinheiro da velha operação nas obras da nova operação e vale isso para projetos. Por exemplo, projeto da Raimundo, não podemos usar o dinheiro da velha operação, com dinheiro da nova operação. Não adianta ter a previsão...

O SR. MILTON LEITE – Desculpa, quando autorizado por lei pode. O Ministério Público tem o direito de representar e falar o que quiser, mas não assiste razão a ele em tudo o

que fala e tudo o que diz.

R – É verdade.

P – Desculpa, se esta Casa autorizou por lei a utilização... A nova lei da Operação Água Branca é como se fosse a expansão que estamos fazendo agora ou faremos na Faria Lima, ou que fizemos na Água Espraiada. É o mesmo conceito: estamos modificando um pouco mais.

Então não tenho dúvida que o senhor pode utilizar e não haverá problema nenhum.

R – Com todo o respeito, Vereador, só para esclarecer mais um ponto, o artigo 8º da lei fala que os recursos da velha operação urbana só podem ser utilizados para A, B, C, D, E, F e, por exemplo, não tem a Ponte Raimunda. A Ponte Raimunda é com o dinheiro da nova operação e hoje não temos nenhum dinheiro da nova operação.

E não é o Ministério Público que acha. O Ministério Público entrou com uma ação civil pública e o juiz deu uma liminar bloqueando os recursos da Operação Urbana Água Branca anterior, para só utilizar para as obras já em execução. Inclusive, há sentença nesse sentido. Então é uma decisão judicial.

Por causa disso não pudemos usar o dinheiro para a Ponte Raimundo, por exemplo, usar a dotação da operação urbana porque não tinha o dinheiro para pagar, porque não podia usar o dinheiro da velha. Nesse ponto o projeto da Raimundo está em fase final, foi feito com recurso do tesouro e está em fase final de aprovação para licitar a obra para o ano que vem.

P – O projeto básico da Raimundo já está contratado?

R – Contratado por Siurb com verba do tesouro.

P – Foi licitado esse projeto?

R – Foi licitado.

P – Quando?

R – Não sei se o...

O SR. SECRETÁRIO – Vereador, nós estamos aproveitando alguns saldos contratuais que temos com o mesmo objeto para terminar o projeto funcional dele. Isso nós estamos terminando agora.

P – Então ainda não tem base contratada?

O SR. SECRETÁRIO – Não.

P – A previsão do senhor, essa ponte interessa muito à Cidade. Ela é importante para a mobilidade. A pergunta então referente à cronologia, quando na prática o senhor vai implementá-la?

O SR. SECRETÁRIO - Vereador, nós estamos fazendo um projeto funcional, mas que vai ficar em um nível muito próximo do básico. Creio que vamos ter...

P – Para licitar será o suficiente?

O SR. SECRETÁRIO - Vai ser o suficiente.

P – Secretário, essa é uma boa notícia.

O SR. SECRETÁRIO – Creio que no começo do ano que vem a gente consegue colocar isso na rua.

R – A questão de HIS também, já há um projeto sendo desenvolvido internamente pela São Paulo Urbanismo e Sehab.

Por exemplo, no caso do conjunto da Água Branca, o antigo Cingapura, a ideia de fazer já a licitação, publicar em janeiro o edital para a obra de reforma e algumas regularizações das favelas no entorno também estão sendo elaborados os projetos, já que são projetos mais fáceis, dá para fazer e desenvolver internamente para fazer a licitação para execução da regularização.

E estamos também com alguns decretos de desapropriação encaminhados. E boa parte do recurso que vai ser utilizado no ano que vem, mesmo que a gente licite as obras, também para desapropriar imóveis para fazer habitações.

P – Neste ponto entro na questão de desapropriação de imóveis e aproveito a presença do Secretário.

Em reunião com as escolas de samba de São Paulo, V.Sas. querem remover algumas quadras de escolas de samba. Fizemos um levantamento, quase todas as escolas de samba estão inseridas, ainda que o Secretário de Cultura não tenha escola de samba como atividade cultural, eu e a grande maioria desta Casa temos.

Todas as escolas de samba estão inseridas dentro do orbital da Operação Urbana Água Branca. Mapeamos e vou até fornecer para o senhor. Pleito nosso – e aqui faço de público –, que não se mexa nas quadras das escolas de samba, Água Branca, Mancha, Rosas, Império, todas as escolas de samba – se não me engano, só a Tucuruvi e a Vila Maria estão fora -, os senhores estão querendo retirar para unidades habitacionais. Entendo que a causa é justa, mas não podemos retirar o pouco de cultura e atividades que temos lá.

É tradição cultural, eu não posso tirar uma Rosas de Ouro de onde está. A Vai Vai tem o barracão deles, a Águia tem sua quadra, temos lá também a Mancha, Império e Gaviões. Não podemos tirar esse pessoal porque são pontos culturais da cidade de São Paulo. Isso vai causar um transtorno. Estou pedindo para o senhor: não faça isso com as escolas de samba. A fonte de vida da cultura, 365 dias por ano, são esses pontos já existentes.

Então pediria que o senhor desconsiderasse. Já fizeram reunião, chamaram as escolas. Chamaram a Águia de Ouro e quando falaram que a escola teria de sair, o Sergio quase enfartou. O Paulo da Mancha então, e olha que eu sou corintiano, deixar muito claro aqui. Depois que o Paulo fez um investimento daquele tamanho não é justo retirá-los. Eles estão todos dentro da Operação Urbana.

Então, Secretário, teremos muitos problemas neste ponto. Faço um apelo que no planejamento de V.Sas., já que só 30% estão em movimentação, que não se mexa nas quadras das escolas de samba.

Na votação do Faria Lima, vou colocar um artigo preservando. Vamos fazer isso, Secretário. Estou de antemão dizendo que ao votarmos o Faria Lima vamos preservar esses pontos de cultura da cidade de São Paulo.

Não podemos chegar e simplesmente fechar as quadras das escolas de samba.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, foram destinados 40 milhões para construir a Fábrica de Sonhos. Vai ter bastante samba.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – V.Exa., Vereador, não entende. V.Exa. precisa frequentar as quadras das escolas de samba.

O SR. RICARDO NUNES – Só vou na Mancha Verde.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador, o dinheiro que está sendo investido é para a confecção de alegorias e fantasias. Esses são os chamados barracões. A quadra é a vida da escola. É completamente diferente, Vereador.

O dinheiro que V.Exa. está falando é para fazer os carros alegóricos e as fantasias. É a quadra que está sendo removida. Estão querendo remover as quadras, fechar as quadras das escolas de samba, com o argumento de que agora terão lá... Não dá.

Quero que fique muito claro, Secretário, esta Casa, não tenho dúvida nenhuma, vai se insurgir claramente contra isso. Estou fazendo um apelo: não caminhem nessa direção porque será muito difícil mexermos com as quadras das escolas de samba.

Vamos votar o Faria Lima, mas vamos colocar um artigo que preserve esses

espaços que os senhores pretendem fazer isso, porque haverá insurgimento meu e dos demais parlamentares que tem uma vida cultural linkada com as escolas de samba. Vou mandar as notas taquigráficas para as escolas de samba dizendo, Secretário, que faremos isso. E não tenho dúvida nenhuma de que a maior parte dos Srs. parlamentares hão de nos acompanhar, porque é um pleito da cultura, ainda que o Sr. Secretário não reconheça aquilo como cultura, mas esta Casa e o povo o tem como isso.

Basta ver, na quinta, sexta-feira, na televisão o carnaval da cidade de São Paulo como é bonito. Então não vamos fechar as quadras. A vida do carnaval, na verdade, é nas quadras. A Fábrica de Sonhos é parte do processo para se leve à avenida. Não podemos fazer isso com as quadras das escolas de samba, Secretário.

Monopolizei este diálogo até aqui e peço desculpas. Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

Para mim ficou clara a questão do projeto, Garibe, tranquilo. O senhor vai visitar com base no que tem, porque acho que o que mais interessa é a ponte que demanda um pouco mais de tempo. Com o 1,3 bi que o senhor mencionou, 30% - mais ou menos 30%, não dá para precisar -, é uma boa fonte de receita, mas vamos acelerar, Secretário, que aquilo é dinheiro para danar. E obras que poderão ser feitas, acelerar a habitação. O Prefeito tem uma agenda de habitação grande e a fonte 00, se o senhor leu a peça orçamentária, é desoladora. O senhor pode ver o dinheiro real que o senhor tem. Isso a gente vê aqui no finalzinho um pouquinho. Estamos precisando de dinheiro aqui na Casa.

O SR. RICARDO NUNES – Quero agradecer a presença do Secretário Fernando de Mello Franco; Sr. Roberto Garibe e equipe, como o Vereador Milton Leite falou, a fonte 00 está difícil. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano é privilegiada porque tem fonte 00 e 08. A Assistência Social, por exemplo, colocaram 30 milhões na 07, presente de grego.

- Manifestação fora o microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Nossa Senhora, 02 então é Cavalo de Troia. A fonte 02 é recurso federal e 07 contingenciado por causa do IPTU que está sendo discutido na Justiça.

Mas por falar em falta de recurso, quero aproveitar e falar para o Secretário...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. RICARDO NUNES – Tem. Da fonte 00 tem 45.828 milhões.

Mas Secretário, quero começar falando com relação a São Paulo Urbanismo. Fiz um levantamento e na São Paulo Urbanismo temos duas formas de contratação: os

funcionários de carreira e os de livre provimento.

O levantamento que fiz, Secretário, de livre provimento o senhor tem lá 46 funcionários com uma folha mensal de 430 mil reais. Dá uma média bastante... Na São Paulo Urbanismo, de livre provimento são 46 funcionários com uma despesa mensal de 430 mil reais. E a São Paulo Urbanismo contrata os serviços de engenharia. Ela praticamente não executa as atividades.

Na relação de cargos de carreira o senhor tem 93 funcionários com uma folha de 570 mil reais. Então destoa, com exceção da Prodam, que é o maior descalabro que existe nessa Prefeitura de São Paulo, a empresa ligada a vossa Secretaria parece que tem um valor de folha de pagamento acima da média.

A minha pergunta é se o senhor tem alguma análise, algum projeto ou alguma intenção de enxugar um pouquinho essa folha que realmente, no meu ponto de vista, comparando com as demais, parece um pouco exagerada, por causa da atividade da SP Urbanismo que é uma empresa que contrata todos os serviços que executa.

Com relação ao orçamento da Secretaria há uma coisa que tem preocupado bastante esta Comissão: os gastos com a Prodam.

O senhor tem aqui dois gastos previstos da fonte 00, que é um dinheiro de ouro: manutenção do sistema, 5,108 milhões. O senhor avaliaria que é necessário ter esse valor de 5,108 milhões para manutenção do sistema da Prodam, porque eu não consigo imaginar, Secretário, é um debate, pode ser que o senhor tenha outra visão. Eu não consigo imaginar que 5 milhões e tanto só para manutenção do sistema para vossa Secretaria que não usa fonte de dados, cadastro, é uma Secretaria que tem uma função mais estratégica, mais pontual em alguns itens. Diferente, por exemplo, da Saúde que tem de ter o cadastro da UBS, alguma coisa assim.

Então a segunda questão seria com relação a Prodam, porque além desse gasto de 5 milhões está previsto também um gasto de 2,265 milhões para desenvolvimento do sistema de informações geográficas do Município de São Paulo.

Por que estou falando isso, Secretário? Porque a CET, por exemplo, já desistiu da Prodam faz tempo. Ela tem o programa dela, paga menos e funciona melhor. A SPTrans a mesma coisa e outros órgãos.

Então é mais um alerta desta Casa com relação a sua Secretaria poder fazer melhor uso do recurso, mas mais do que fazer melhor uso do recurso, é ter um serviço melhor.

Vocês ficam muito presos a Prodam e talvez ninguém tenha alertado com relação ao custo e a ineficiência que é o serviço da Prodam, pelo menos para algumas secretarias que ouvimos até agora nas audiências públicas. E foi o que identificamos nas pesquisas que fizemos.

Outra questão...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só um esclarecimento. Secretário, o Vereador faz as perguntas e o senhor pode anotá-las para responder uma a uma.

Esclareço aos presentes que há três inscrições para formular questões aos Secretários Garibe e Fernando. E logo após a palavra do Vereador Ricardo Nunes, pedirei na forma regimental que se dê a palavra ao povo e os Srs. Secretários, tanto o Garibe quanto o Fernando vão anotar e responder em conjunto para acelerarmos o processo.

Então, Vereador Ricardo Nunes, vou pedir que abrevie para que possamos ouvir os presentes, afinal de contas trata-se de audiência pública.

Em seguida, depois de ouvir o Secretário, V.Exa. e os três inscritos, o Vereador Aurélio Nomura terá um tempo um pouco mais flexível.

Quero esclarecer, Secretário, que se o senhor fizer uma apresentação da pasta, já está em andamento a audiência pública, porque o senhor está aqui debatendo. A peça orçamentária, peço também aos presentes que anotem e formulem as perguntas.

O SR. RICARDO NUNES – Presidente, então para colaborar e escutarmos o povo, que é sempre o mais importante, V.Exa. me permite fazer só mais uma questão e aí ouviremos o povo, o Vereador Nomura e me permitir ao final, como Relator, fazer as considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A cronologia é assim: V.Exa. falará, o Secretário já anotou. Eu vou ouvir as perguntas dos três inscritos, o Secretário anotará, não sei a quem as perguntas serão direcionadas. Em seguida eles passarão a responder.

Para concluir, Vereador.

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, temos um valor reservado para os planos de bairros, os regionais e, salvo engano, não vi na minha região ainda essa discussão junto às subprefeituras.

Se o senhor puder dar uma explanação rápida, porque isso é muito importante para nós, o quanto está previsto para isso, se será licitado pela sua Secretaria, se vai ser licitado nas subprefeituras como foi no plano diretor passado, que me parece o mais conveniente, porque cada subprefeitura tem as suas peculiaridades. Ou se o senhor vai centralizar tudo na sua Secretaria, sem dar oportunidade de ser discutido nas subprefeituras.

Com relação às operações urbanas, o que acabei não entendendo muito, o senhor nos forneceu aqui um documento e, por exemplo, na Operação Urbana Água Branca, estão previstos 420 milhões para 2015; 133 para a Água Espraiada; 10 para o Centro e 263 para a Faria Lima. Essas são previsões de venda de Cepac agora para o ano que vem? Esse valor específico que o senhor coloca no orçamento de 2015.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos agora ouvir os inscritos, que formularão perguntas para os Secretários Fernando e Garibe. Usarão a palavra por três minutos.

Estão inscritos os Srs. Daniel, Maria do Socorro e Eduardo M. Júnior. Logo em seguida, para o Secretário Garibe, os Srs. Daniel Pereira e Laerte Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra, para formular as perguntas, o Sr. Daniel.

O SR. DANIEL – Bom dia a todos e a todas. Bom dia à Mesa da Câmara nesta audiência temática sobre o setor de desenvolvimento urbano. Meu nome é Daniel Aimoré Ferreira; Secretário Fernando; Secretário Garibe, estamos falando como membros da constelação que defende a criação do Parque Augusta sem prédios.

O Parque Augusta foi referendado nesta Casa. Foi votado o Projeto 345/2006 e o Prefeito Fernando Haddad sancionou a lei 15.941. Até agora o Parque Augusta não é uma realidade.

Conversando com o Vereador Relator do Plano Diretor Estratégico Nabil Bonduki, ele disse que uma das possíveis fontes de financiamento para implantação de parques na Cidade seria o Fundurb, Secretário Fernando de Mello Franco.

Fizemos uma análise do orçamento/2014 e temos orçado no Fundurb 475 milhões, 492 mil e 165 reais, e executado apenas 265 milhões, 562 mil e 409 reais. Portanto, uma execução baixa de 55%. E a projeção para 2015 é da ordem de 509 milhões de reais.

Então a primeira pergunta que faço ao senhor é por que houve tão baixa execução orçamentária neste ano de 2014 e para onde esses recursos foram drenados?

Em relação à urbanização de favelas, nós temos uma questão importante que é a Favela do Moinho. O Fernando Haddad, como candidato, foi à Favela Comunidade do Moinho, prometeu urbanizá-la e até agora nada. Então queremos saber se dentro dessa urbanização de favelas a Comunidade da Favela do Moinho está contemplada.

Eram essas as duas perguntas. Então em relação a todos os parques da Cidade, Parque dos Búfalos, Vila Ema, Parque da Mooca, no Parque Augusta a situação é mais grave porque temos uma lei aprovada na Câmara e também pelo Prefeito e estamos ansiosamente aguardando a comunidade do Centro, vamos ter a Operação Urbana Centro. Então aproveitando o ensejo, várias obras sendo previstas, requalificação do São Francisco, Paissandu, Vale do Anhangabaú, muito dinheiro público sendo gasto, mas precisamos primeiro cumprir a lei sancionada pelo Prefeito Fernando Haddad, que fez avanços maravilhosos na mobilidade urbana. Estamos apoiando a Prefeitura na implantação das ciclovias, por exemplo.

Era isso. Obrigado. Revolução somos nós. Parque Augusta sem prédios já. Valeu.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.
(Pausa) Ausente. Tem a palavra o Sr. Eduardo.

O SR. EDUARDO – Boa tarde. Srs. Vereadores, Secretários, tenho uma pergunta que nasce da participação popular, de várias audiências, planejamentos, principalmente na região da Subprefeitura de Vila Mariana, na qual milito.

Nesse momento ficou decidido que a parte orçamentária para o fundo de vale, que deu origem ao Parque do Ibirapuera, no qual temos enchentes há muitos anos. No plano diretor de 2003 fiquei provocando a existência de três reservatórios, três piscinões que poderiam ser água armazenada e utilizada no Parque Ibirapuera, mas o que me faz estar aqui presente é que nesse projeto do córrego Paraguai e o das Éguas, que nasce ali atrás da Igreja de São Judas, nesse fundo de vale que carreava as águas para os lagos que hoje não são mais lagos, são espelhos d'água porque não tem profundidade nenhuma. Praticamente, hoje, o Ibirapuera se tornou um parque artificial.

Foram previstos para 2014, mas não vi nada acontecer no local, 33 milhões para esse projeto e 51 milhões previstos para 2015. Acho que podemos participar e verificar o que vai ser gasto. Agora, não observar nada, já está no final do ano e gostaria que as secretarias informassem às pessoas o que vai ser feito também e não só o valor destinado. Acho que traria maior transparência ao processo.

Observando 2014, nada acontece. Para 2015, será que é uma verba que será remanejada e também vou me sentir enganado por essas reuniões que houve e não surtiram efeito, principalmente em se tratando de água, porque água, praticamente, o pessoal enxerga só como energia. Ninguém pensa em reservar água, nada, por isso que estamos do jeito que estamos. A Billings que o diga. A Billings, aquele museu de água que temos bem próximo a

Capital.

Então esse é um desabafo que gostaria de fazer. E gostaria de saber o que vai ser feito lá. Estamos jogados numa enchente. Fomentei isenção de IPTU para enchente. Esse governo já não está me dando isenção de IPTU. Está misturando todo mundo numa mesma panela, quem merece, quem não merece e mandando para a Subprefeitura.

Então a isenção de 2012. Eu já tenho isenção por enchente desde 2007 e a de 2012 e 2013 não saíram ainda porque as subprefeituras resolveram fazer o seguinte: juntar um pacote de gente que não merece, inclusive, prédios inteiros. Havia três, quatro pessoas pedindo isenção, agora têm 800. E o processo fica parado lá em Diesp.

Muito obrigado.

O SR. RICARDO NUNES – Quero passar a palavra ao Secretário Fernando de Mello Franco, para as respostas.

O SR. FERNANDO DE MELLO FRANCO – Vou começar de trás para frente, há questões levantadas pelo Sr. Eduardo que acredito o Secretário Garibe poderá depois explicar melhor. Há várias dessas informações que não dizem respeito a minha pasta, como por exemplo, isenção de IPTU, entre outras.

Em relação à questão do Daniel, o Fundurb na verdade, o que foi estabelecido no PDE é que 30% do Fundurb estão gravados com a destinação, produção ou aquisição de terras para moradia popular; 30% para mobilidade e 40% para todo o resto.

Então se há 500 milhões, não é verdade que 500 milhões estão disponíveis para qualquer coisa. Apenas 40% estão disponíveis para outras coisas que não habitação e moradia. Entretanto, entramos numa questão de prioridades, uma vez que os pleitos desses 40% restantes incidem sobre cultura, obras de drenagem, as mais diversas ações da Prefeitura, não apenas uma.

E há uma disputa legítima dessas verbas do Fundurb e temos como critério uma distribuição, dentro de certos critérios, que não são evidentemente equitativos, mas todos esses pleitos, o que dificulta que o Fundurb seja o financiador de um parque como o Parque Augusta, que é um parque muito caro por estar localizado numa área muito privilegiada e valorizada da Cidade. Talvez a regulamentação do Fundo Municipal de Parques venha ajudar, e evidentemente os fundos da Secretaria do Verde e Meio Ambiente são mais adequados para esse financiamento.

Em relação à Favela do Moinho, infelizmente, não tenho aqui os dados. Sei que há

providências que competem a Sehab. Infelizmente não posso dar esses dados porque não os disponho. Teríamos que recorrer a Sehab para isso.

Em relação às questões levantadas pelo Vereador Ricardo Nunes, a questão dos valores da Operação Água Branca, peço para que depois o Antonio Carlos fale com precisão, mas em relação à questão do contrato com a Prodam é importante falar, o que a SMDU está fazendo através do Deinfo, Departamento de Informações e Análises, é um projeto muito importante chamado SIG, cuja verba liberada para esse projeto foi apenas uma parte do que inicialmente solicitado e que visa a articulação e construção de uma rede de todos os 256 bancos de dados da Prefeitura, num sistema onde podemos dar a governança – e a individualidade dessa governança – para cada um desses 256 bancos de dados, mas que nós os coloquemos, de forma articulada, para que fundamentalmente tenhamos controle sobre os processos de formação do Município e que isso pode vir a dar uma celeridade a uma série de processos como, por exemplo, de aprovação, uma vez que teremos capacidade de acessar de forma expedita, e bastante segura, dados de zoneamento, de demanda, enfim, dados de tudo nesse conjunto articulado.

Entendemos que a melhoria do sistema de informação é fundamental para a boa gestão pública e esses investimentos referem-se a isso. O Felipe, depois, pode explicar qual é a diferença desses investimentos, o que de fato se destina à Prodam, e o que compete à Prodam. Mas nós o entendemos como um dos projetos prioritários que é termos controle sobre as informações do Município.

Em relação à folha de pessoal, infelizmente, eu diria que nossa posição é contrária a que o Vereador defendeu, que não é um enxugamento da folha de pagamento da SP Urbanismo, pelo contrário, queremos ampliá-lo e ampliá-lo muito. Por que? E como?

Por uma simples razão: a SP Urbanismo vem, cada vez mais, se consolidando como aquela empresa responsável pela estruturação de projetos, não desenvolvimento, mas estruturação de projetos, de todos aqueles projetos que incidem sobre um território muito estratégico de São Paulo que é exatamente a Macroárea de Estruturação Metropolitana, que é o território recebedor, entre outros instrumentos muitos importantes, das operações urbanas.

Então se quisermos cumprir aquilo que o Plano Diretor estabeleceu para a Cidade e

que nós entreguemos novos projetos urbanos que conduzam o processo de transformação da Macroárea de Estruturação Metropolitana - a saber: projetos no Arco Tadamanduateí, cujo prazo é 2015; projetos no Arco Tietê, cujo prazo é 2016; projetos no Arco Jurubatuba, cujo prazo é 2017; e Arco Pinheiros, cujo prazo é 2018 -, a SP Urbanismo tem de ser reforçada para, justamente, atender as demandas.

É uma pena que o Vereador Milton Leite tenha se retirado, mas atender às demandas desse nobre Vereador que a Prefeitura, em especial a SP Urbanismo – que é responsável pela Macroárea de Estruturação Metropolitana, pelo seus projetos – tenha capacidade de estruturação de projetos.

Qual a diferença de estruturação de projetos para os de desenvolvimento? Entendemos que desenvolvimento de projetos, que é fazer os básicos executivos, compete, não apenas, mas fundamentalmente, ao privado. Entretanto, a estruturação de projeto visa, justamente, fazermos a articulação regulatória, financeira, programática e de participação popular, que são a sustentação que permitem aos projetos se realizarem e se concretizarem.

Então é muito importante que venhamos reforçar a SP Urbanismo ao longo do tempo e nós iniciaremos esse reforço com um concurso público de 27 novos cargos que virão, justamente, reforçar a lista que vocês têm aí em mãos.

Portanto, se queremos, enquanto sociedade, que a Macroárea de Estruturação Metropolitana torne-se uma realidade – e que esses projetos estratégicos de transformação de São Paulo ocorram -, não podemos diminuir a capacidade do Poder de Público de gestão desses projetos.

Em relação às verbas para planos de bairro, é uma excelente pergunta. Já iniciamos o processo de revisão participativa da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo. Há duas semanas, houve as primeiras oficinas. Nesse final de semana – sábado – teremos mais quatro.

E estamos fazendo um processo, evidentemente, articulado para evitar o que

aconteceu em 2004 que são contradições entre cada fragmento de zoneamento que foi realizado através dos planos regionais estratégicos da ocasião.

Entretanto estamos fazendo essa peça – zoneamento – de forma articulada a partir de processos participativos de debate que se estruturam pelas Subprefeituras.

Portanto, estamos nos encaminhando para um pleito muito legítimo, que nós também comungamos, que é de, sucessivamente, irmos aproximando os instrumentos de planejamento, as ações de planejamento e as esferas locais de debate desse planejamento.

E o que propomos? Que os Planos Regionais Estratégicos, que agora estamos chamando Planos Regionais de Subprefeituras, eles sejam peças de articulação programática, de articulação das políticas setoriais, onde, justamente, poderemos pactuar, através dessas peças, Subprefeitura por Subprefeitura, como se articulam as ações públicas de qualificação do território.

Então vamos articular os projetos de drenagem com os projetos de expansão do sistema de áreas livres, ou de regularização fundiária, ou estabelecer uma consolidação de todas as leis de alinhamento viário. Sabemos que tem leis de cinquenta e pouco que nunca se colocou, se elas valem a pena ou não valem.

Assim, os planos regionais vão permitir a construção de uma peça que entendemos ser muito útil, no futuro, ao longo da sua vigência, para os processos de Orçamento Participativo, onde nós, justamente, possamos estabelecer relações entre planilhas *excel* orçamentárias e a incidência concreta no território de cada uma dessas ações.

Achamos que será muito útil e isso vem de encontro não à centralização das instâncias de planejamento em SMDU, pelo contrário, somos defensores da descentralização e do fortalecimento e reempoderamento das Subprefeituras, bem como das instâncias locais de planejamos e, assim, entendemos que esse processo que está sendo construído dessa forma, também tem como objetivo o fortalecimento dessas instâncias.

Tenho a impressão de que estamos indo, totalmente, de acordo com a questão

levantada pelo Vereador.

Queria só pedir ao Antonio Carlos que explicitasse a questão orçamentária.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Secretário, antes, desculpe-me se não percebi bem. Os planos regionais serão feitos na SMDU?

O SR. ROBERTO GARIBE - Não, a SMDU é uma regente de 32 orquestras. Eles serão debatidos, enquanto...

Deixe-me explicar um pouco melhor. Já estamos com a Lei de Parcelamento, na rua, no debate de revisão participaçã. Ao mesmo tempo, a SMDU, o Deurb, que é o Departamento de Urbanismo está desenvolvendo uma metodologia que virá a público, no ano que vem, metodologia essa que garantirá um processo de revisão dos Planos Regionais de Subprefeituras, da mesma forma participativa, calcados, cada um desses planos, evidentemente, nas Subprefeituras.

Nós temos aí, também, o prazo estabelecido pelo Plano Diretor que coloca um ano para esses planos regionais, a contar da data de sanção do PDE.

Então, ao mesmo tempo, é um trabalho bastante hercúlo, que já estamos no processo público de revisão do zoneamento. Estamos desenvolvendo uma metodologia que será avalizada pela CMPU, assim como fizemos com a Lei de Zoneamento, e que será operativa, nessa interação, fundamentalmente com as Subprefeituras, e porque digo fundamentalmente, porque há questões, infelizmente, que são maiores do que uma Prefeitura – como meio ambiente, mobilidade, recursos hídricos – que não diz respeito a uma Subprefeitura, mas, evidentemente, elas tangenciam outras questões.

Mas, fundamentalmente, os planos regionais vão ser debatidos, estruturados e compostos a partir...

P - Não será igual o da outra vez, na Gestão Marta, quando foram feitas as contratações, as discussões e a elaboração dos planos regionais nas Subprefeituras?

R - Será feito em conjunto com as Subprefeituras.

P - Será feito na SMDU?

R - Estamos construindo o processo metodológico, como eu disse, e debateremos esse processo metodológico no começo do ano que vem para já lançarmos o processo.

P - Secretário, me dê um momento, porque se o senhor pudesse repensar um pouco isso, porque nós, que somos do bairro, e militamos ali, em cada região – eu, na Sul, o Vereador Nomura, na Sudeste, o Vereador Dalton, na zona Leste -, há uma peculiaridade.

Parece-me difícil vocês entenderem isso, não é? Sofremos isso aqui no Plano Diretor. É muito difícil, aqui...

Eu não consigo ter uma visão geral da Cidade e entender a zona Leste, assim como o Vereador Dalton não vai entender o extremo Sul, bem como o Vereador Nomura não entenderia Guainazes-Itaquera igual eles entendem cada um a sua.

Sei lá, é uma simples, uma modesta opinião. Acho que os senhores insistem em achar que todo esse processo tem de ser gerenciado da Secretaria. São quase 12 milhões de habitantes, 32 Subprefeituras, e trazer tudo isso a Secretaria parece-me...

R - Não é trazer tudo para a Secretaria.

P - O senhor não dá autonomia para a Subprefeitura fazer. O senhor quer discutir lá.

R - Acho que primeiro temos de entender, também, a condição das Subprefeituras e a condição, inclusive, de quadros para essa elaboração.

Infelizmente, é muito discrepante a condição de cada uma. Precisamos ter um aporte técnico que seja obtido, ou por contratações fora do Poder Público, ou mesmo pelas próprias Secretarias.

Mas o que é fundamental, e o zoneamento já vem sendo feito assim; já temos 75 propostas resultantes das primeiras oficinas que foram elaboradas pelas comunidades de cada uma das Subprefeituras.

Nós, eu, concordamos radicalmente com sua posição de que os maiores

conhecedores da realidade local são aqueles que vivenciam as realidades locais. Entretanto, é necessário haver um processo de articulação desse saber, dessa vivência, como também as políticas públicas que se traçam no Município. E esse papel de articulação é o papel que estamos advogando essa orquestração para a SMDU, mas não o afastamento e a consulta, bem como a participação desses agentes locais que entendemos serem fundamentais para qualificação e validação desse processo.

O SR. DALTON SILVANO (PV) – Sr. Presidente, poderia pegar só uma parte dessa fala, pois, assim, até, depois, vou abdicar da minha pergunta.

É assim, Sr. Secretário, essa última fala sua, veio ao encontro daquilo que gostaria de perguntar.

Participei de várias audiências públicas, não só de Plano Diretor, mas Plano de Metas, Plano Regional de Bairro, e o que acontece? A população acaba não tendo o conhecimento, o discernimento, do que exatamente são essas matérias – e até naquela grande audiência pública que fizemos no Anhembi -, não têm conhecimento daquilo que você mesmo, de suas participações em várias reuniões, em que vamos na reunião de Plano de Metas, o posicionamento das pessoas acaba sendo relacionado ao uso e ocupação do solo ou ao Plano de Bairro; se vai na reunião do Plano Diretor, as pessoas acabam colocando propostas que convergem, todas elas, com o Plano Regional de Bairro.

Portanto, há uma confusão na cabeça das pessoas, pois elas pensam no bairro, não pensam de forma geral.

Então, você acabou de dizer que pegaram 75 propostas. Eu acho que há muito mais. Você vai para a Cidade Tiradentes têm outras tantas propostas deles.

E o que eu fiz? Naquela reunião, inclusive, na Vila Mariana, fomos lá, recorri à Lei 13.885 – parece-me que é essa -, que é a anterior de uso e ocupação do solo. E daí, todas aquelas propostas inscritas lá, ainda estão pendentes. Quer dizer, a pergunta é, pois tem vários exemplos lá, e são propostas colocadas e detalhadas.

Tem proposta de bairro para o Plano Regional de Bairro detalhada. Dou o exemplo da Sena Madureira. Você fala que sou da zona Leste, mas sou da zona Sul também. Zona Sul, vocês são do fundão e eu cuido do meio de campo, como sempre.

Então minha pergunta é: que nível de aproveitamento tem daquelas propostas, que estão na 13.885, que nem foram executadas?

E a outra pergunta, em seguida, é: e os recursos? Porque, sabe o que acontece: cria-se uma expectativa para a população da Cidade de que tudo que está escrito – pois o papel aceita tudo – e que está tudo bonitinho ali, vai acontecer. Ah, vai fazer o túnel que vai passar por baixo da Sena Madureira e que vai cair direto na Ricardo Jafet.

Aquilo vai sair do papel, mas vem outro governo, cancelou, uns acham que é muito caro, que é desnecessário, que favorece o transporte individual etc.

Então essas são as questões que têm de ser colocadas. Se vamos resgatar essas 75 propostas, se vamos resgatar tudo aquilo que se falou nas audiências públicas do Plano Diretor, mas que não eram do Plano Diretor e, sim do Plano Regional do Bairro.

Afinal, são tantas audiências públicas, tantas reuniões e, no fim, temos de renovar e, por força da lei, e até do Regimento Interno, renovar todas as audiências públicas, sendo que temos um trabalho já feito, já há 5 ou dez anos.

Estou aqui há tempo. O último Plano Diretor foi um sonho. Aquilo tudo que está no papel poderia acontecer, mas não há recursos. Não temos recursos para poder executar tudo aquilo.

Acho que é bacana, é legal, por o Plano Regional de Bairro, tudo, mas as pessoas imaginam que aquilo vai acontecer e não vai.

Por isso, temos de ter uma clareza para não colocar a coisa no papel e, depois, a população fica iludida de que aquilo vai acontecer, mas não vai acontecer nada.

Eu fui a uma audiência pública da Operação Urbana Mooca – Vila Carioca, foi muito bacana. Sei que se tudo aquilo acontecer – e sei que demora 5, dez ou 15 anos – mas

teríamos de ter mais clareza em nossos prazos. O que acontecerá no primeiro ano, no segundo ano, no terceiro.

É apenas uma sugestão de se resgatar aquilo que já está feito. E quando se for apresentar, aquilo que já foi falado dez, 15 ou 20 vezes, seja contemplado na apresentação do projeto original.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Ok, muito obrigado. Secretário, então, o senhor vai passar a palavra para falar do Fundo.

Só para complementar, o senhor me falou com relação aos 2 milhões da Prodam que é para o novo desenvolvimento, mas o senhor não falou com relação aos 5 milhões só de manutenção. Se puder falar depois. Queria deixar livre para responder sobre os 5 milhões da Prodam só de manutenção, ou falar da Operação Urbana Água Branca, Água Espraiada, Centro e Faria Lima com relação aos valores previstos para 2015.

O SR. ROBERTO GARIBE - Vou pedir então que o Felipe e o Antonio Carlos esclareçam esses dois pontos.

O SR. ANTONIO CARLOS – Sou Antonio Carlos, de Operações Urbanas, realmente, existe um equilíbrio de previsão entre receitas e despesas das operações urbanas.

No caso da Operação Urbana Água Branca é a venda de Cepacs para o ano que vem. Está previsto, por volta, de 1,2 bilhão, de colocação. Temos dois anos para fazer essa venda.

Fazer, talvez, 300 milhões esse ano, quatrocentos e pouco para o ano que vem, previsto. Ficaria o resto para 2016.

O SR. RICARDO NUNES (PMDB) – Os 420 é de venda?

O SR. ANTONIO CARLOS – É de Cepac. Tudo que tem Água Branca, Água Espraiada e Faria Lima é venda de Cepac.

P - Tá, então, o Água Branca vai colocar o Cepac no mercado?

R - Vai. Como eu falei, o primeiro leilão pretendemos fazer agora em dezembro.

P - Obrigado.

R - Água Espriada temos um saldinho de Cepac que pode ser vendido, mas depende, um pouco, da vinculação de Cepac no Jabaquara, porque precisamos saber se vai ter estoque, pois hoje só temos estoque no Jabaquara.

No caso da Faria Lima, se a Câmara já aprovou o aumento do número de Cepac, nós encaminhamos, agora, o projeto de lei que está em discussão, como o Vereador Milton Leite comentou, sobre a inclusão da Santo Amaro nas obras da Faria Lima, estamos aguardando a deliberação da Câmara, pois aí a ideia é vender esses Cepacs para fazer a obra, entre outras obras, a da Santo Amaro.

E no caso da Operação Urbana Centro, ela não tem Cepac. Na verdade, é venda de outorga. Tem uma previsão de venda de outorga de dez milhões e pouco.

E só para fazer um esclarecimento: no caso da Operação Urbana Centro só paga outorga os empreendimentos não residenciais. Os residenciais têm isenção de outorga dentro da Operação Urbana Centro.

Peço ao Filipe falar sobre o fundo.

P - Antes, só uma coisa: Faria Lima, então, os 263 milhões é venda?

R - De Cepac.

P - Ainda tem lá?

R - Tem, foi aprovado aqui na Câmara.

P - A Prefeitura falou que o dinheiro tava no caixa para Santo Amaro.

R - Não. Santo Amaro não está no caixa. Nós temos dinheiro hoje na Faria Lima, e esse dinheiro da Faria Lima, quando captamos na CVM, era para fazermos outras obras, como favela Panorama, favela Coliseu, o JK, e algumas outras obras, ciclovia que está lá em obras.

Seria esse dinheiro que está em caixa que é por volta de 400 milhões.

O resto, o dinheiro da Santo Amaro, depende da venda de Cepac, mas já foi aprovada na Câmara a emissão de mais Cepacs, até 350 mil Cepacs.

Quando colocamos na CVM como o Vereador Milton Leite, de forma correta, esclareceu, temos de falar para a CVM em que obra será gasto aquele dinheiro. Então, estamos esperando para falar que vamos gastar na Santo Amaro. Em nenhum momento, falamos que vai ser gasto na Santo Amaro, até agora, porque, inclusive, a lei não permite, estaríamos fazendo algo ilegal.

Mas a ideia é que podemos colocar, pois já foi aprovada pela Câmara a venda de Cepacs.

P – Só vou aproveitar a sua fala, então, da Água Espreada, combinação de favelas 18 milhões é aquela do Piolho, que pegou fogo?

R – São várias. No caso da Água Espreada, temos um programa muito grande, temos de atender 8,5 mil famílias para poder fazer...

P – Na favela do Piolho.

R – Enfim, entre elas tem a favela do Piolho.

P – Ela tem dentro?

R – Está dentro.

P – Ok.

O SR. FELIPE CAVALCANTI – Felipe Cavalcanti. Vou falar da questão da Prodam, Vereador Ricardo Nunes.

Seguinte: as dotações foram divididas entre desenvolvimento do sistema SIG, que é aqueles 2 milhões inicialmente citados, e o outro que é a sustentação da tecnologia, informação e comunicação, mas não abrange só manutenção de sistema, abrange também a modernização de uma série de sistemas que a Secretaria mantém como o sistema de zoneamento do Município.

Então, esses cinco milhões visa não só a manutenção do servidores dos bancos de dados, como o sistema que também está em desenvolvimento e que vai ter módulos operantes no ano que vem.

O SR. RICARDO NUNES – Cinco milhões são razoáveis?

FELIPE CAVALCANTI - É razoável.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - DEM) – Peço ao Vereador Aurélio Nomura que nos permita ouvir suas perguntas, antes do Secretário responder e concluir a SMDU, que será breve, peço ao Secretário que as anote e as responderá. Pode formular também as do Garibe antecipadamente, depois ele fará uma breve apresentação.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) – Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Secretários, público que nos assiste.

Voltando à fala do nosso Presidente e também do Vereador Dalton Silvano, bem como todos os demais, essa falta de cumprimento de acordo com relação ao Plano Diretor nos é clara, principalmente, com relação ao PSDB.

Gostaria de citar a questão do terminal de transbordo de lixo da Vila Jaguara, na zona Oeste. Ele não foi retirado. Retiraram no mapa, mas não retiraram o texto.

E até para citar o nosso amigo que estava falando a respeito do parque Augusta. O próprio Ministério Público tem oferecido para a Prefeitura os recursos oriundos de um acordo proveniente dos bancos naquela transação do Maluf. Acho que dá em torno de 30 ou 40 milhões de dólares.

Acho que recursos existem, há possibilidade de avançarmos nessa questão, mesmo porque voltamos naquela região da Augusta e, vejam, temos cerca, do ano passado e desse ano, mais de 30 empreendimentos erguidos e não houve absolutamente nada, nenhum benefício para aquela região. E todos sabemos da necessidade da instalação de um parque lá, mesmo porque não existe nenhum próximo a essa região. Em compensação, há inúmeros empreendimentos que adensará ainda mais, aumentar ainda mais a população daquela região, sem lazer.

Mas gostaria de indagar do Secretário de Desenvolvimento Urbano que o Orçamento 2014 é atualizado em 130 milhões, dos quais foram liquidados 45 milhões, ou seja,

34,6%. Gostaria de indagar o porquê da baixa realização?

Outra questão: na Proposta Orçamentária de 2015 foi dito que seriam utilizados os saldos acumulados nas operações urbanas em 2014, se virmos o documento de compatibilidade das metas fiscais. Então: a utilização desses saldos faria um *superávit* primário que fosse reduzido de 2 bilhões para 50 milhões.

Entretanto, o acompanhamento na execução orçamentária desse ano mostra que isso não vem acontecendo. Isso significa que poderia se gastar nas operações urbanas mais do que o previsto na Proposta Orçamentária de 2015, o que totaliza 826 milhões.

Procede essa afirmativa?

Outra pergunta diz respeito à SP Urbanismo, onde se fala, nessa proposta orçamentária – até acho que o senhor respondeu, mas poderia dar um detalhamento maior – que é de 48 milhões para o próximo ano, mas somente para o pagamento das ações trabalhistas orça em 1,7 milhão. Gostaria de que houvesse um detalhamento.

Essa empresa, tão nova, tem tantas reclamações trabalhistas?

E outra coisa ainda diz respeito às despesas tributárias. Estão previstas na ordem de 8,11 milhões. Gostaria do detalhamento dessas despesas tributárias.

E há algo mais. Com relação ao pagamento do IPTU: em diversos imóveis, estão previstos na ordem de 3,85 milhões. Quantos imóveis existem em nome da empresa e onde estão?

Tem ainda outra pergunta. Para o item Outras Despesas, a previsão de gastos é de 6,620 milhões. Quais os gastos entram nessas Outras Despesas?

Mais um momento, por favor. Uma nova pergunta diz respeito ao Fundurb. Foi orçado, em 2014, para 498 milhões, mas até setembro executou obras no valor de 125 milhões, ou apenas 25%.

Para 2015, a proposta é de 500 milhões considerando que o orçamento é oriundo de outorgas onerosas que arrecadou até 17/10, 163 milhões, eu gostaria que o senhor

explicasse o porquê desse salto tão alto. Desses 500 milhões previstos para o próximo ano 281,9 milhões vão para a habitação. Desse valor, apenas 1 milhão é destinado para reurbanização de favelas. Por que 1 milhão para a melhoria de um projeto que efetivamente vai ajudar a população mais carente? O senhor considera esse 1 milhão suficiente para atender essa melhoria?

A outra questão: nós vimos uma divulgação muito intensa com relação à questão do plano viário Sul. Estavam destinados 400 milhões, mas caiu para 369 milhões, até o dia 24 de outubro, e foram liquidados apenas 3 milhões. Gostaria de saber se o senhor poderia detalhar com o que foram gastos esses 3 milhões, um valor extremamente insignificante, diante de uma obra tão grande e importante, que estava elencada como prioridade deste Governo.

Para o ano que vem, estamos verificando que o plano viário Sul terá 135 milhões da fonte 02 ou do Governo Federal, e 30 milhões só do Fundurb. Como se percebe, os recursos estão diminuindo de uma maneira significativa. O que o senhor tem para explicar a respeito dessa questão? A obra foi anunciada com estardalhaço pelo Prefeito. O que aconteceu? Essa obra deixou de ser prioritária? Caso não venham recursos do Governo Federal, como não vieram quase 5 bilhões que estavam sendo prometidos, qual será a alternativa da Prefeitura.

Essas seriam as minhas questões.

O SR. DALTON SILVANO – Só um aparte, Vereador Aurélio.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Pois não.

O SR. DALTON SILVANO – É que ouvi V.Exa. falando sobre urbanização de favelas. Parece-me, salvo melhor juízo, que não é 1 milhão. São mil reais. Abrindo a rubrica. Então, pergunto qual é o valor real que se pretende transferir, porque me parece que essa rubrica é só para abrir a conta, para se jogar dinheiro para cá. Então, quanto se pretende colocar de verba aqui nessa rubrica, que é de extrema importância?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, com as vossas respostas, considerando que aqueles que falaram pelo povo já formularam as suas questões, nós vamos concluir a sua fala para permitir que o Garibe faça uma explanação e continuamos o trabalho

com ele.

Secretário, na minha ausência, V.Sa. mencionou que os funcionários que têm com orçamento previsto uma média de 11 mil. Eu acho que para técnicos da área de Engenharia, Arquitetura e Planejamento Urbano, não sei como o senhor vai conseguir contratar.

Eu tenho empresas de projetos, de Engenharia, nós temos laboratórios, mecânica de solo, de concreto, nós temos tudo, a minha empresa tem, mas não consegue técnicos com esse preço não. É que os Vereadores não conhecem, mas é difícil conseguir profissionais com alto padrão que possam desempenhar um bom papel na Secretaria e que possam atender as demanda, não minha, mas da Cidade.

Tomara que o senhor tenha sucesso com esse orçamento para fazer frente aquilo que a sociedade demanda. Só em Operações Urbanas já faria jus esse orçamento. Nós sabemos que temos vários projetos grandes para a Cidade e que vamos desenvolver. É que não estão no orçamento. São embrionários. Acho que vêm no ano que vem. O senhor vai demandar equipe técnica mesmo.

É um comentário rápido.

Vou passar ao senhor para responder.

Eu conheço um pouco da área técnica, Secretário, e a gente que tem empresa sabe que está difícil. Ainda tem demanda demais. Eu não sei por quanto tempo, mas a demanda do mercado está muito grande por profissionais bons.

R – Vou pedir para o Antônio Carlos começar a responder.

O SR. ANTÔNIO CARLOS – Sou Antônio Carlos da São Paulo Urbanismo.

A questão do superávit colocado pelo Vereador Nomura, realmente, hoje, nós temos recursos nas contas da Operação Urbana. Por exemplo: a maior parte dos recursos hoje são do Água Espraiada. Ele tem por volta de 1 bi e 500 milhões em conta, o que dá esse superávit no final do exercício; somando as outras Água Branca e Faria Lima, daria isso.

É um dinheiro que está na conta e que precisamos gastar. Mesmo que não se arrecadasse nada no ano que vem no Água Espraiada. Na previsão de despesa do Água Espraiada estaria zero porque o orçamento fica equilibrado. Então, não poderíamos gastar esse dinheiro? Permitimos que se abra o superávit financeiro do exercício anterior, abrir crédito adicional. No caso, especificamente, do Água Espraiada, que tem a maior parte dos recursos, existem várias obras que são gerenciadas por Siurb e São Paulo Obras, que são o

prolongamento da Chucri Zaidan, onde tem as duas pontes sobre a Marginal, nas quais já foram iniciadas as obras. Na Chucri Zaidan houve várias desapropriações e emissões na posse, onde devem começar as obras, provavelmente, no começo do ano que vem, quando tivermos emissão na posse suficiente para que se tenha frente de obra. Temos a via Parque, sobre a qual entramos com desapropriações e estamos esperando emissões na posse para que as obras se iniciem.

Então, há várias obras já contratadas e que estão dependendo das emissões na posse e desapropriações para que a gente abra a frente de obras e comece a gastar esse dinheiro.

Vamos dizer que na Água Espraiada a previsão seja de 130 e poucos milhões, se essas obras andarem a pleno vapor, não serão suficientes. Será necessário abrir crédito adicional para o superávit financeiro. Já o que o dinheiro já está na conta.

Nós só fazemos a previsão de receitas e de gastos. Esses detalhes de superávit é a Secretaria de Finanças e de Planejamento que fazem a consolidação.

O SR. AURÉLIO NOMURA - É porque isso consta da compatibilidade de remessas fiscais. Eu não sei se você conhece esse documento.

R – Não é a gente que faz.

P – Só estou indagando isso porque o que está levando a crer é que vai se gastar muito além do que estava previsto. Essa é a questão que está sendo colocada.

R – Eu não sei os critérios.

P – Não sei se você conhece esse documento.

R – Eu sei que existe.

P – Eu gostaria de passar à sua mão.

R – Uma coisa é a previsão. Outra coisa é você conseguir gastar o recurso. No caso da Água Espraiada que tem 1 bi e 500 milhões, não vai conseguir gastar tudo isso no ano que vem.

Acho que talvez aqui esteja sendo otimista.

P – Mas está correto o que eu falei?

R – Eu estou esclarecendo. A magnitude é que eu não sei como chegou esse valor

aqui, mas está perfeito nesse sentido. Na água espalhada vai acontecer isso, nas outras, dificilmente, porque estamos licitando a obra ainda, então, esses recursos vão demorar e, talvez, não consigam.

A questão da São Paulo Urbanismo, um detalhe a questão do concurso público que estamos fazendo, a prova será neste final de semana. Então, em breve, estaremos contratando, no começo do ano que vem.

Dentro das despesas, infelizmente, a São Paulo Urbanismo é nova e velha ao mesmo tempo. É nova porque foi fruto da cisão da Emurb em 2010. Só que pela cisão a São Paulo Urbanismo ficou com todo patrimônio tanto ativos quanto todas as dívidas. As dívidas, por exemplo, temos várias ações de empreiteiras, que foram executadas pela Prefeitura, que foram executadas via Emurb, pedindo indenização por correção monetária de pagamentos em atraso e tudo isso.

Então, por exemplo, não está aqui, mas temos ação judicial da época da construção da Roberto Marinho, a Airton Sena.

As ações trabalhistas são todas da época em que era Emurb ainda.

P – Quantas nós temos ainda?

R – Tem algumas. Não sei a quantidade, mas por volta de umas 20 ações trabalhistas. Mas, especificamente, nesse valor de 1 milhão e 700, a condenação maior é em uma ação trabalhista específica de um servidor que foi mandado embora por justa causa, por ter feito medições até que originaram as ações do Maluf, se não me engano, do Túnel Airton Sena, então, ele era o que aprovava as medições da empreiteira e, com base nessas medições, o Maluf foi considerado inelegível, num primeiro momento, agora. Ele foi mandado embora por justa causa. Só que, apesar todos os esforços do corpo jurídico, essa justa causa foi revertida na Justiça. Ele foi reincorporado, e essa ação custa mais de 1 milhão só para ele. Transitou em julgado, e a gente não pode fazer nada. As demais são pequenas ações que podem surgir.

Sobre as despesas tributárias é preciso lembrar de que a maior parte delas nós pagamos com base no faturamento. Então a São Paulo Urbanismo é tributada com base no PIS e Cofins não cumulativo. Sobre a maior parte das despesas não cumulativas são de 9,25 de PIS e Cofins.

Toda parte da receita, se pagarmos a receita prevista de 48 milhões, quase 5 milhões desse valor vai só para PIS e Cofins sobre o faturamento.

Pelo que está previsto aqui, nós podemos ter lucro. Se tivermos lucro, 34% de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro. Também há a questão de IPTU, mas hoje já estão isentos.

P – Quantos imóveis existem em nome da empresa?

R – Por volta de 50 imóveis. Não tenho o número exato.

P – Eu gostaria que, se possível, você...

R – Só para terminar, a maior parte dessa dívida... nós temos alguns imóveis que a gente considera, entre aspas, micados. Por exemplo: o da Favela Bel Tavares, foi um imóvel transferido como aumento de capital para a Emurb, e a Prefeitura nesses momentos de área de risco deu para o pessoal ocupa-lo de forma provisória. Essa provisória gerou uma favela, sobre a qual incidia 1 milhão de reais por ano, só de IPTU. Era uma coisa que a gente não pagava porque achava que a Prefeitura que colocou os moradores lá, então, não deveria cobrar da gente – isso na época em que era Emurb ainda. A gente pediu a isenção, mas ISF falou que era um terreno já com área construída, então, dobrou o IPTU.

P – Isso que você está dizendo está dentro do pagamento do IPTU desses 3,80...

R – Agora, com a aprovação do PPI, a intenção é fazer esse pagamento até à vista.

P – Esses 3 milhões estão previstos para pagamento desses 50 imóveis?

R – Não. Esses 50, o que a própria empresa ocupa ou que estão livres, alugados, eram pagos os IPTUs em dia. Então, um exemplo: o Martinelli é pago em dia. Aqui devem ter por volta de 30 imóveis, por exemplo, temos o Terminal Fernão Dias. O que acontece, por

exemplo, temos um imóvel cedido para a Gaviões da Fiel e, também, um terreno da São Paulo Urbanismo. A Gaviões tinha a obrigação de pagar o IPTU, mas não pagou.

P – Existe a possibilidade de você enviar para esta Comissão a relação dos imóveis que estão em nome da empresa e os valores?

R – Sim, a gente encaminha. Outro imóvel relevante, também, é o Terminal Fernão Dias de cargas. Têm vários imóveis da empresa ali. São vários lotes da São Paulo Urbanismo ainda. Nem todos têm dívida de IPTU, depende da situação de cada um e do momento financeiro em que a empresa se encontrava, se tinha ou não condições de pagar o IPTU.

Vou falar, rapidinho, de outras despesas: são serviços de terceiros. Uma parte, eventualmente, a gente poder terceirizar algum projeto, por exemplo, tem o Projeto do Anhangabaú, que é um projeto básico da reformulação, 2 milhões que estão aqui.

P – Esse elenco... é que nós não temos esse valor. Fala em 'outras despesas' 7,6.

R – A gente encaminha aberto para Sempla, e Sempla que encaminha nesse sentido.

P – Não encaminhou para a gente.

R – Eu não tenho aqui, mas posso encaminhar também.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Temos outras audiências para hoje, então, peço que as demais perguntas não respondidas, que o Secretário nos encaminhe, por escrito, se sobrar o passivo não esclarecido, podem fazê-lo, por escrito, nós temos as perguntas anotadas. Nós convidaremos o Secretário, em outra oportunidade, no âmbito da Secretaria de Finanças. Ele tem nos atendido gentilmente, e tenho a certeza de que virá. Porque preciso abrir espaço para que, neste momento, o Garibe faça um breve relato de sua Secretaria. Tem duas representantes do povo com perguntas que demandam a Siurb.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Presidente, eu posso até concordar, mas quero dizer que nós já fizemos várias audiências públicas, os Secretários ficaram de responder, ou os representantes que aqui vieram, e, até hoje, não recebemos absolutamente nada.

Eu gostaria de perguntar para a Assessoria da Comissão se recebemos algumas respostas pertinentes às perguntas levantadas, e que ficaram de nos enviar as respostas.

(Pausa)

Só SP Turismo. Isso é só para V.Exa. saber que nós precisamos analisar antes de votar em primeira. Acho que isso é fundamental importância para que deixe transparente essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Aurélio Nomura, eu já disse que a assiste razão a V.Exa., e que eles poderão responder, por escrito, diretamente a esta Comissão que lhe entregará as respostas. Se ainda quanto ao passivo, que eles tem a responder, restar algo significativo, daí, sim, convidaremos o Secretário, mediante a ausência de resposta.

Eu só pediria que o Secretário respondesse as perguntas que não foram respondidas ao povo presente.

Tem alguma que não foi respondida. Secretário? (Pausa)

Então, vamos encerrando a audiência pública, agradecendo a presença de V.Sa. Neste momento, já liberamos o senhor. Antes de liberá-lo, Secretário – é que o tempo é curto, demandaria muito mais e pela sua equipe que é maravilhosa. Conheci os demais hoje e não é só o Weber que é bom. Tem outros bons, Secretário. O senhor está cercado de bons funcionários.

Só continuo insistindo naquele diálogo dos vetos. Isso é importante.

Secretário Garibe, tenha uma boa tarde.

Enquanto nos despedimos, o senhor pode fazer um breve relato da sua Pasta.

O SR. GARIBE – Gostaria de me despedir e agradecer pelo convite para virmos esclarecer coisas que são, de fato, muito relevantes, e, mais uma vez, estamos disponíveis e abertos ao diálogo como sempre.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, eu peço permissão para que a Antônia,

Assessora de Gabinete, possa apresentar. Em seguida, responderei a pergunta do Município Eduardo e ao Vereador Nomura que fez a pergunta sobre o Viário Sul.

- A oradora passará a referir-se a imagens na tela de projeção.

A SRA. ANTÔNIA – Primeiro, temos na tela a composição da receita geral da Prefeitura, sendo apresentado os valores oriundos de Siurb, o quanto ela contribui para a receita geral do Município. Temos valores, principalmente, do Governo Federal, relacionados ao PAC, que dão 1 milhão e meio, o valor mais expressivo; e valores menores que vão direto para o Tesouro da parte de Convias, das Concessionárias, e da parte de concessão do mobiliário urbano.

No próximo, temos um resumo da despesa prevista para o ano que vem. Estamos apresentando os valores do orçamento da Siurb e da parte do Fundurb, relacionado a Siurb, e a parte do Fundo Municipal de Saneamento Integrado também relacionado à Siurb. Temos a separação do que é despesa corrente e despesa de capital.

Comparando 2014 com 2015, temos uma queda muito grande pelo que a SMDU já explicou: as operações urbanas antes eram computadas nas várias Secretarias executoras, a Siurb, principalmente, e, a partir da proposta de 2015, as operações urbanas estão centralizadas com orçamento em SMDU, então, o valor reduz na nossa proposta e dá essa diferença.

Agora a gente consegue enxergar o que eu falei: a separação do valor total de 2 bilhões do da Siurb que é de 1 bilhão e 600 milhões, o quanto vem do Fmsai, que são 300 milhões, e do Fundub, que do total de 500 e poucos milhões que apresentou, a parte da Siurb que está prevista e votada pelo conselho é de 138 milhões. Se a gente olhar os valores separados por fonte, vemos o que é do Tesouro, o que são de transferências federais, a receita condicionada e os recursos vinculados.

No próximo, temos a despesa por programa. Enxergamos os quatro programas que estamos trabalhando: o da drenagem, da mobilidade urbana, do centro e o suporte administrativo. Além dos valores próprios da Siurb e dos outros dois fundos, apresenta a composição dos gastos que vamos fazer com drenagem e mobilidade, os dois maiores focos da Siurb.

Depois, a gente tem o detalhamento de dotação por dotação, projeto por projeto, quanto está previsto nessa proposta.

No resumo, é o que temos a apresentar.

Estamos à disposição para tirarmos as dúvidas.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente, peço a sua orientação. Já tenho duas perguntas formuladas. Seria melhor formularem todas?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou abrir para as perguntas, mas antes que o senhor responda, temos dois representantes do povo: o Daniel Ferreira e o Laerte Brasil. o Laerte não está presente? (Pausa) Não.

Secretário Garibe, vai anotando as perguntas.

Tem a palavra o Sr. Daniel; Vereador Nomura, Vereador Ricardo Nunes e Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. DANIEL FERREIRA – Boa tarde a todos. Sou Daniel Aimora Ferreira, da Rede Novos Parques SP, Grupo do Bem Estar e da Felicidade. Eu queria fazer duas perguntas ao Secretário Roberto Garibe. Primeira, em relação a uma notícia que foi amplamente disseminada em São Paulo, que é a reforma da Praça Roosevelt. Eu não consegui visualizar essa reforma da Praça na peça orçamentária de forma explícita. Eu queria saber se essa reurbanização, essa nova reforma – porque a Praça Roosevelt, para quem não sabe, já foi reformada a um custo altíssimo para os cofres públicos, recentemente, na gestão Serra-Kassab – na gestão Haddad, o que nos surpreende. Quero saber o quanto disso é verdade e onde está o recurso do Tesouro Municipal, União, não sei de onde vem esse dinheiro para se fazer a

requalificação da Praça Roosevelt.

A segunda pergunta é em relação aos corredores de ônibus. Eu anotei aqui, em relação a transporte, dentro da sua Secretaria, obras de infraestrutura urbana, nós temos um total para transporte de 765 milhões 243 mil 947 reais, aí quando a gente vai olhar para aonde vai esse dinheiro: implantação e requalificação de corredores: 536 milhões 240 mil 947 reais e implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos: 229 milhões.

Quanto custa o metro quadrado dessa requalificação dos terminais de ônibus e dos corredores de ônibus? Quanto vai custar para os cofres municipais cada metro quadrado para chegar nessa conta de 536 milhões 240 mil 947 reais? Estamos fazendo um cotejamento com as outras modalidades de transporte e queríamos saber quanto custa o metro quadrado, como é que vocês chegaram nesse valor de alguma forma? Estamos vendo que as fontes de recurso para se fazer isso, provavelmente, PAC, União, é isso Secretário?

Também queríamos lembrar do Parque Augusta, Lei 15.941, sancionada pelo Prefeito Haddad, no natal, como um presente para Cidade. Ele prometeu o Parque Augusta sem prédio, mas até agora ele está fechado, abandonado e ocioso. Parque Augusta sem prédio, já! A revolução somos nós!

Valeu.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Até pelo adiantado da hora, farei apenas duas perguntas. Depois, vou encaminhar por escrito.

Em 2014, foram orçados 5 bilhões na fonte 02, ou seja, oriundos do Governo Federal, mas foram realizados, em 24 de outubro, apenas 207 milhões. Para 2015, a proposta orçamentária é de 4,25 bilhões. Qual a expectativa com relação aos recursos da fonte 2, considerando que o próprio Governo Federal vem apresentando sérios problemas com relação ao fechamento de caixa e tudo indica que a situação não vai melhorar?

A outra questão é que, em 2014, a Siurb teve um orçamento de 3 bilhões, 292 mil que, atualizados, dão 3 bilhões, 317 mil até setembro. Desse total, nada menos do que 2,246

são fontes 02, recursos federais, mas só chegaram apenas a 20%. Também em setembro foram liquidados apenas 625 mil reais. Para investimentos, a proposta orçamentária de 2015 é de 1 milhão, 550 mil, dos quais 1 milhão,469 mil vêm de fontes de recursos federais e 36 milhões da fonte 07, ou seja, condicionada a essa questão do IPTU, ou seja, a Prefeitura precisa ganhar a ação para poder utilizar esse curso. Apenas 4 mil reais na fonte 00, ou seja, recursos do Município de São Paulo. Pergunto a V.Exa. se considera real e exequível que esse valor da fonte 02, oriundos do Governo Federal, vá se concretizar. Se não chegar, qual é o plano “b” da Prefeitura de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Como acordado, o Vereador Ricardo Nunes fará suas perguntas.

O SR. RICARDO NUNES – Complementando o questionamento do Vereador Ricardo Nunes e como estou com uma planilha mais atualizada, da fonte 00, o que tinha orçado eram 330 milhões, conforme falou o Vereador Nomura, que foram bem utilizados e falta empenhar 107 milhões até o final do ano. Em relação à fonte 02, como citou o Vereador Nomura, tinham 2 bilhões, 246 mil e faltam ainda empenhar 1 bilhão, 675. Realmente, só para complementar a pergunta muito bem formulada pelo Vereador Nomura, até porque, para 2015 há um valor considerável da fonte 02 e percebemos que não foi utilizado, possivelmente porque esse recurso federal não veio. Se o Sr. Secretário puder nos auxiliar e explicar o que está acontecendo, agradeceríamos.

Da fonte 07, a mesma coisa, não usou nada porque o dinheiro não entrou. Da 08, estavam previstos 665 milhões e faltam empenhar 315 milhões, já que foram utilizados 308 milhões, pagos até o mês passado. Então, existe uma preocupação bastante grande em relação aos recursos da fonte 02. Só para complementar a boa pergunta do Vereador Aurélio Nomura.

Outra questão, Secretário, é sobre o Autódromo de Interlagos, para o qual está previsto um recurso de 92 milhões, com fonte do recurso 02. Vi pela imprensa que V.Exa

esteve lá com o Prefeito. Fiquei triste porque seria importante ter chamado este Vereador, o Vereador Milton Leite, o Vereador Goulart, o Vereador Tatto e o Vereador Alfredinho, porque somos de lá. Da próxima vez, se V.Exa. nos chamar, ficaremos agradecidos de acompanhá-lo, porque o Autódromo do Interlagos é uma questão bastante importante.

Ainda sobre esse assunto, temos também recebido muita demanda em relação às pessoas que vivem do autódromo, que mantêm sua família por conta do autódromo. Há pouco tempo, participei de uma reunião com quase cem pessoas, porque as obras, da forma que estão planejadas, param o autódromo e centenas de pessoas ficarão sem ter como prover seus recursos. Isso tem a ver com a cidade de São Paulo, porque gera receita. Quero saber se teria a possibilidade de V.Exa. conversar com esta Comissão para poder discutir a sugestão de fazer dois canteiros de obras, o que permitiria que o autódromo primeiramente tivesse resolvida as questões mais essenciais e as pessoas manteriam sua renda.

Então, são essas duas as questões importantes: a fonte 02, por conta do histórico de 2014 e a manutenção das atividades em torno do autódromo para gerar receita para a Cidade.

Em relação à administração de unidade, também só para complementar o que disse o Vereador Nomura, o recurso, da fonte 00, é bastante alto: são 44 milhões. Estamos tentando achar algum recurso para ajudar um pouquinho o Serviço Funerário e algumas Secretarias que são mais complexas.

Dessa previsão para 2015, Secretário, 50 bilhões são do IPTU. O que impactaria negativamente para a Cidade a não vinda desses recursos de 50 bilhões da fonte 07 para a cidade de São Paulo? Onde estaria o maior prejuízo em relação a essa perda de recurso?

Também vi que estão andando bem as obras dos corredores da Berrini, onde estive com V.Exa. e com o Prefeito. Se V.Exa. puder, dê uma passada geral em relação a isso.

Outra pergunta que, infelizmente, tem sido corriqueira aqui é a Prodam, também com recurso da fonte 00, com 7 milhões de reais só para a manutenção do sistema. É uma

preocupação e espero que V.Exa. possa nos ajudar a entender se podemos diminuir esse valor, até para usá-lo em outras atividades. Temos percebido que a Prodam tem sido um grande problema pelos valores gastos.

Também gostaria de saber sobre o Plano Viário Sul. Se V.Exa. puder, dê uma geral para nós sobre a duplicação da Avenida Guarapiranga, da Estrada Guavirituba, da Rua Agamenon e de alargamento da Estrada da Baronesa. Sei que há pouco tempo houve uma obra na Baronesa, mas de novo constam aqui 15 milhões. Também há obras para a Avenida Carlos Caldeira Filho, para o Córrego Água dos Brancos. Sobre essas obras do Viário Sul, V.Exa. poderia dar uma geral para nós? Eu agradeceria bastante.

Queria comentar também com V.Exa. sobre a SPObras. Temos uma dificuldade danada com essa empresa, Secretário. Não sei se há algum funcionário de V.Exa. que é de lá. Por exemplo, agora que teremos o Dia de Finados. Estou desde o ano passado pedindo para que seja corrigida a questão do Memorial de 17 de Julho, do acidente da TAM em frente ao Aeroporto de Congonhas, pois está tudo quebrado. Hoje mesmo passei lá, as lâmpadas não funcionam. Foi uma obra feita na gestão passada, Secretário, para a qual estava previsto o valor de 3,5 milhões e foram gastos 5 milhões. A empresa é a Lema Construções e Empreendimentos. Já pedi para notificar a empresa para que ela não perdesse o prazo de garantia, porque há um espelho d'água cuja água vazou e agora está vazio. Cada LED representa uma vida perdida naquele acidente, e as lâmpadas estão todas queimadas. Estamos próximos do Dia de Finados, quando haverá visita de familiares, que encontrarão tudo detonado. Então, as obras que são feitas, precisam de fiscalização em relação à qualidade do serviço. Notifiquei a SPObras, mas nenhuma providência foi tomada. Se V.Exa. puder nos ajudar nesse caso específico, será importante, até por conta da proximidade do Dia de Finados.

Para concluir, outra questão é sobre as obras referentes à drenagem. Na planilha que adquiri com os senhores, da zona Sul, só consta Santo Amaro, o restante é tudo de outras

regiões. Constam, por exemplo, Tucuruvi, Lapa, Santana, Freguesia, São Miguel, Ermelino, Itaim Paulista, etc, mas só há uma obra, da FBS, a da Avenida Santo Amaro, que já está fazendo aniversário e nunca termina, está até interditando a passagem em frente ao Cemitério de Congonhas.

Em relação à SPObras, o mesmo questionamento: os funcionários. Os funcionários de carreira da SPObras são 97, com uma folha de pagamento mensal de 559 mil, 606 reais e 31 centavos; os funcionários de livre provimento são 39, com uma folha de 454 mil, 289 reais por mês de salário. Precisa de tudo isso, Secretário? Não podemos enxugar um pouquinho essas empresas?

Eram essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Serei breve, Sr. Presidente.

Secretário, se V.Exa. pudesse discorrer sobre as ações que vão ser feitas, em especial as de preocupação do Vereador Nomura e do Vereador Ricardo Nunes, qual é o balanço que V.Exa. faz diante dos repasses federais para as obras na Cidade? Acho que essa é uma questão importante, até porque temos várias obras sendo realizadas, e V.Exa. poderia fazer um balanço do que tem sido feito com os recursos federais e do que tem sido feito com os recursos próprios.

Por fim, a expectativa para o próximo período. V.Exa. já apresentou aqui alguns dos desafios, mas eu gostaria que V.Exa., se pudesse, detalhasse o que tem já concretamente encaminhado com o Governo Federal de repasses, convênios para ser assinados ou já assinados, enfim, os recursos que serão viabilizados no próximo período.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, V.Exa. tem a palavra para responder às perguntas que lhe foram feitas.

O SR. ROBERTO GARIBE – Vou começar pela preocupação principal...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu prefiro que V.Exa. responda primeiramente à pergunta do povo.

O SR. ROBERTO GARIBE – Está bem, primeiramente, então, a do Eduardo e a do Daniel, sobre a Praça Roosevelt. O Eduardo citou a obra do Paraguai/Éguas. Essa obra está dentro do nosso programa de drenagem e não posso deixar de dizer que é o programa mais usado que temos na cidade de São Paulo em matéria de drenagem. Para se ter uma ideia do que estamos fazendo agora em toda a Cidade, temos um nível de reservação de água, que inclusive foi uma preocupação que V.Exa. externou, de 4 milhões e 700 mil metros cúbicos como capacidade de armazenamento hoje em todas as obras que temos com piscinões na cidade de São Paulo. Das obras que estamos licitando agora com o apoio federal, citadas aqui pelos Vereadores, vamos aumentar mais de 50% da sua capacidade. Vamos dar mais ou menos 2,6 milhões metros cúbicos de armazenamento, fora, obviamente, toda a parte de canalização. Vou dar um exemplo: no Ponte Baixa, onde estamos fazendo uma obra de canalização, onde já não teve enchente no ano passado e não terá este ano. Lá não temos piscinão, porém, com a canalização, já há uma capacidade de escoamento da água, que permite não haver enchente na Cidade. Portanto, além de toda essa capacidade de armazenamento, toda a parte de canalização também vai nos ajudar a ter um melhor convívio com as águas, que espero que caiam na cidade de São Paulo de uma maneira moderada, organizada, bem distribuída e concentrada no Cantareira. Enfim, não vamos torcer para não cair água e estamos nos preparando para isso.

Especificamente o Paraguai/Éguas, conseguimos colocar a licitação na rua este ano. V.Exa. perguntou sobre a previsão orçamentária de 2014. Realmente tínhamos a ideia de contratar essa obra antes para já darmos ordem de início, mas, infelizmente, o projeto que temos lá tinha um nível muito ruim e tivemos que revisá-lo; só após isso conseguimos colocar essa obra na rua. Então, V.Exa. poder ficar tranquilo, porque a pré-qualificação está na rua; estamos abrindo agora essa pré-qualificação. Queremos virar o ano com essa obra contratada.

Aliás, V.Exa. reclamou um pouco sobre o contato com o público, que temos que informar melhor. Só queria dizer que a SPObras tem um atendimento ao público, que é feito duas vezes por semana; estou dizendo do atendimento direto ao público. Nas nossas páginas, temos o relato das obras, de encaminhamentos. Talvez não esteja a contento, mas estamos inclusive reformulando o *site* para poder informar melhor o andamento dessas obras.

Em relação à Praça Roosevelt, não vou responder na totalidade; depois passo os detalhes para a Antonia. Não estamos fazendo uma nova reforma, não é isso que está sendo feito. É que essa obra que foi feita requer algumas complementações, como, por exemplo, de acessibilidade, uma parte para os skatistas; são obras pontuais, não estamos refazendo nenhuma obra que estava no plano inicial. A Antonia vai lhes passar alguns valores para V.Exas. verem que é apenas um pedaço do que foi feito no passado, é uma complementação.

Em relação à preocupação principal da Mesa, a questão dos recursos federais, acho que posso resumir boa parte das perguntas que os Vereadores me formularam.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ROBERTO GARIBE – Perfeito. Prefiro não cravar um valor porque o valor das nossas obras, se eu pegar ele puramente e dividir pelos quilômetros que vamos fazer e as faixas e tudo o mais, para lhes dar uma metragem, ela vai ser um valor arbitrário, porque temos, nesses projetos de corredores, muitas obras de arte em todos eles. Vou lhes dar um exemplo: na Radial Leste, estamos fazendo um túnel; aliás, o primeiro e único túnel de que tenho conhecimento de que vai ser exclusivo para ônibus na cidade de São Paulo. Até outro dia, fazíamos muito túnel na cidade de São Paulo, porém, os ônibus estão proibidos de passar. Dessa vez, estamos invertendo essa lógica e estamos fazendo um túnel exclusivo para ônibus, para dar acesso expresso ao Parque Dom Pedro. Só essa obra vai poupar, às pessoas que vêm do Terminal Itaquera até o centro, 30 minutos nos trajetos que são feitos pela Radial Leste. Isso vai ser feito.

Então, eu não posso cravar valores, tenho que expurgar esses valores para poder

lhes dar isso. Mas, se V.Exas. aceitarem uma sugestão, o Ministério das Cidades tem um conjunto de estudos que faz esse comparativo - que V.Exa. quer colocar em debate - sobre o custo médio dos VLTs, dos BRTs, corredores, faixas, faixas reversíveis. Ele consegue ponderar tudo isso e pondera também pelo conjunto de obras de artes e melhorias, porque, muitas vezes, nas nossas obras, estamos fazendo toda a melhoria urbana, ou seja, estamos refazendo calçamento, iluminação, um conjunto de outras coisas e não seria justo entrar nesse cômputo. O Ministério tem isso de uma maneira expurgada e muito claro. Posso lhe passar esse número, fazemos esse estudo lá dentro; não é rápido, temos que nos debruçar e fazer algumas contas. De uma maneira mais imediata, acho que V.Exa. poderia ter acesso a esse estudo no Ministério das Cidades.

Voltando à questão da fonte 02, São Paulo tem um atraso histórico na questão do investimento em infraestrutura, e o Prefeito Fernando Haddad está tentando recuperar esse atraso. Parte desse atraso se deve porque São Paulo, em nenhum momento, requisitou, da maneira que deveria, os recursos federais, principalmente os da fonte da PAC para executar boa parte das suas obras; obras de infraestrutura, sejam de drenagem, de mobilidade urbana e também as nos equipamentos sociais.

Houve um debate muito forte sobre a questão da construção das creches na cidade de São Paulo no passado. Enfim, conseguimos fazer isso. Em agosto do ano passado, a Presidente reeleita veio a São Paulo, fez o anúncio de uma primeira leva de recursos para a cidade de São Paulo e retornou agora no meio deste ano para uma complementação desses recursos.

Para V.Exas. terem uma ideia, temos acordado com o Governo Federal, até o momento, um valor de investimento de 15 bilhões de reais. Na sua totalidade, não são recursos de fonte federal. Desses 15 bilhões, 4 bilhões são recursos da Prefeitura de São Paulo, porque boa parte das regras do PAC sequer exige contrapartida dos municípios - e é bom que se diga isso - mas eles não pagam terra, e sabemos perfeitamente que, na cidade de São Paulo,

qualquer coisa que façamos, como alargamento de corredores ou criação de área para reservação de água e tudo o mais, precisamos disponibilizar de terra e isso é muito caro. Então, boa parte da nossa contrapartida diz respeito à compra de terras para alavancar esses recursos.

Voltando à questão desse atraso histórico, tomar os recursos federais não é algo tranquilo. Posso afirmar a V.Exas. que não há impedimento, pela parte federal, da vinda desses recursos. Foi perguntado pelo Vereador Nomura, mas não há risco da vinda desses recursos por conta das notícias de crise fiscal – e isso tudo foi um debate eleitoral muito forte –, porque os recursos do PAC não entram no cômputo do déficit primário, eles estão eximidos, eles têm um caráter de transferência obrigatório e, portanto, não são contingenciados. Inclusive eu tenho mantido contato com o Governo Federal a respeito disso e, a todo o momento, vamos fazendo previsões para o encerramento de ano e tudo o mais e vamos perguntando e não há nenhuma notícia de contingenciamento dos recursos, de não vinda desses recursos. O que aconteceu em boa parte da previsão, que pode gerar esse tipo de conclusão é que, lá atrás, quando foi feita essa previsão, tínhamos a ideia de usar um artifício que algumas portarias que regulamentam parte das políticas públicas nos permite, que é um adiantamento de 40% em conta desses recursos. Achamos que isso valeria também para mobilidade urbana e tudo o mais, mas isso não vale para tudo, vale para área de risco e, em parte, para drenagem. Então, não pudemos lançar mão disso e estamos requisitando esses recursos conforme a execução vai sendo feita. Apresentamos as medições e isso vem.

Voltando à questão técnica para se conseguir esses recursos, o Governo Federal é muito rigoroso na análise técnica de todos os projetos que apresentamos para eles. Como respondi para o munícipe, a questão da qualidade dos projetos que resolvemos manter estava muito ruim, muito aquém da necessária para apresentação para o Governo Federal e para aprovação na Caixa Econômica. Após fechar esses compromissos com o Governo Federal, entramos numa fase de revisão desses projetos. Vou citar o Viário Sul, aproveitando para

responder parte das perguntas. O Viário Sul era um programa exclusivamente de viário e não contemplava a mobilidade urbana. Revisamos esses projetos de forma a colocar os corredores, o piso rígido. Por exemplo, a ampliação da Avenida M'Boi Mirim, dali para frente, vai ser feita com piso rígido para garantir a prioridade que estamos dando à mobilidade urbana. Tudo isso, obviamente, consumiu tempo dessa revisão e estamos entregando todos esses projetos para o Governo Federal agora.

Não podemos projetar a não realização deste ano de 2014 para 2015. Para se ter uma ideia, estamos acabando com a revisão desses projetos nos corredores de ônibus. Vereador Paulo Fiorilo, V.Exa. que me pediu um panorama, temos 37,5 quilômetros de corredores em obra, estamos aguardando o licenciamento ambiental de outra parte de corredores, principalmente na zona Leste e mais o Capão Redondo. Assim que tivermos esse licenciamento ambiental, vamos ter cem quilômetros de corredores em obra na cidade de São Paulo, a partir da liberação dessa LAI. Já demos ordem de início, mas, nesses 37,5, não está computada a Radial Leste, todo o corredor da Radial. Já demos ordem de início para o túnel e para os dois trechos de corredores; só ali, temos mais de 17 quilômetros de corredores.

Então, temos uma carteira bastante grande que está desabrochando agora e tenho certeza de que a projeção para 2015 é melhor. Não só para os corredores. Na parte da drenagem, que já citei aqui, já colocamos a maior parte dos projetos em licitação. Para citar alguns que são caros a todos: o Aricanduva, que está na rua; o Córrego Ipiranga está na rua; o Paraguai/Éguas; o Paciência; o Tremembé. Estamos publicando, na semana que vem, o Zavuvus. Acho que, de todo o pacote acertado com o Governo Federal, só não colocaremos em licitação agora e não contrataremos na virada do ano, a complementação que citei aqui, que foi dada agora, para um piscinão do Córrego Abegoária, para a complementação do Cordeiro, que também saiu agora, e, por último, se não me engano, para o Morro do Freitas, que também não colocamos para agora. São esses três de um total de 15 projetos que temos acordado com o Governo Federal.

Então, creio que vamos conseguir dar a ordem de início na virada do ano.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, peço que V.Exa. conclua em três minutos porque, pelo nosso Regimento, às 15h, esta reunião tem que ser encerrada

O SR. ROBERTO GARIBE – Praticamente, o financiamento dos 15 bilhões que citei, dos quais 11 são federais, somente 700 milhões são financiamentos; o restante todo é a fundo perdido.

Respondendo a algumas outras perguntas, primeiramente, peço desculpas ao Vereador Ricardo pelo não convite à visita no Autódromo de Interlagos. Apesar de eu não ser o mestre de cerimônia, porque só faço a obra no autódromo, mas ele não pertence à Secretaria. Vou levar esse recado à Prefeitura para uma próxima vez. As obras estão muito interessantes no autódromo. Praticamente concluímos toda a parte necessária para o próximo Grande Prêmio. Pusemos a licitação na rua, da parte principal, da reformulação dos boxes; vamos fazer agora, no final do ano. Aqueles 90 milhões que V.Exa. citou, de recursos federais, eles virão no próximo ano, que é quando vamos realizar a obra.

O Secretário de Governo Chico Macena está à frente das conversas com as pessoas que estão preocupadas com o calendário de provas, porque o autódromo, de fato, vai ficar fechado de dezembro a abril e mesmo com essa saída dos boxes, que já analisamos, é muito difícil conseguir contornar isso, porque, para fazer os boxes auxiliares, que são indispensáveis, é preciso ficar atravessando a pista com maquinário e aí compromete a segurança de qualquer um que vai correr lá, e não podemos permitir isso. Então, nesse período, ele vai ficar fechado.

Em relação ao expurgo, a proposta de enxugamento da SPObras, eu queria abordar a mesma questão que o Secretário Fernando Mello abordou: é impossível para nós fazer qualquer tipo de enxugamento na empresa agora tendo à frente a administração do maior programa de investimento que a Cidade já viu. A maior parte dos 15 bilhões vai ser administrada pela SPObras. Estamos carentes de quadros qualificados, que eu sei que o

mercado realmente coloca uma dificuldade nessa contratação. Mas estamos fazendo de tudo para abrir concursos agora para mais 50 engenheiros que precisaremos para o ano que vem. Além disso, tentaremos reorganizar a empresa de forma com que ela dê conta desse desafio que lhe foi lançado. Acho que é um desafio nunca visto na cidade de São Paulo, comparando com o passado. Realmente, se continuarmos fazendo da mesma forma, não vamos conseguir cumprir nossas metas. Precisamos, de fato, reformular a maneira de executar isso na cidade de São Paulo.

Por último, como não tenho mais tempo para responder em detalhe outros questionamentos, queria lhes agradecer a oportunidade de vir aqui e me colocar totalmente à disposição de todos os Vereadores, porque acho muito interessante esse debate sobre os investimentos na Cidade, sobre as obras. Acho que, desse embate, sai um conjunto de sugestões para a correção de rumos nesses projetos, que são indispensáveis para nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública da Secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras, da Secretaria Desenvolvimento Urbano, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, da SPObras e da SP-Urbanismo.

Agradeço a todos a presença.

Está encerrada esta reunião.